

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira

Abril de 2012



Machado de Assis,
o homem e o mito

Cem anos de
Lúcio Cardoso

Criança e família
na República

Os dragões de
Murilo Rubião

E MAIS:

100 anos de Justiça, Aleijadinho, poesia

7

SUMÁRIO

ENSAIO

Machado, o mito e o homem

Rogério Medeiros Garcia de Lima

4

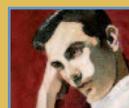


Lúcio Cardoso

**Os 100 anos do autor da
Crônica da casa assassinada**

Gutemberg da Mota e Silva

12



CONVIDADO ESPECIAL

Murilo Rubião, o sereno pirotécnico

Aldina de Carvalho Soares

20



Os Dragões

Murilo Rubião

24



POESIA

Três poemas

Renato Jardim

26



Os mesmos temas

João Quintino Silva

27



CONTO

A Fêmea

Glayco Firpe

28



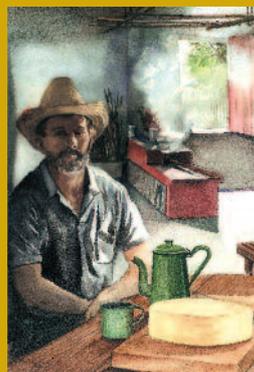
O Circo

Renato Zouain Zupo

30



CAPA



Aquarela de Sandra Bianchi, artista plástica, ilustradora e professora da Fumec. Especial para *MagisCultura*.

Queijo mineiro

Embora reconhecida pelo Iphan, desde 15 de maio de 2008, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, a tradicional produção artesanal do queijo em Minas esteve ameaçada até fins de 2011 por regulamentação do Ministério da Agricultura que proibia a comercialização do produto com menos de 60 dias de maturação. A proibição foi revogada em dezembro, simultaneamente a despacho do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) criando a indicação geográfica do queijo Canastra, formada por sete municípios. Em outubro, o Inpi já havia reconhecido outros 11 municípios como legítimos produtores do queijo do Sero, também artesanal. A trajetória do queijo artesanal em Minas está retratada no filme "O mineiro e o queijo", de Carlos Alberto Rattón.



Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro

Belo Horizonte . MG

CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3487

magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

CRÔNICA

**Naufrágios em Ilhabela,
o “Triângulo das Bermudas” brasileiro**

Matheus Chaves Jardim

34



Prelúdio noturno a Aleijadinho

Daniel César Botto Collaço

38



Ele

José Fernandes Filho

42



ENSAIO

Família e criança no Brasil República

Bruno Terra Dias

44



RESENHA

Síntese histórica do Tribunal de Justiça

Lúcio Urbano Silva Martins

50



ARTIGO

Palácio da Justiça

100 anos de arquitetura e história

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza

54



CARTA

58

EDITORIAL

De assombrações, dragões e queijos

A introspecção do mineiro, seu jeito reservado e pensativo, já foi objeto de inúmeras análises, variando das densamente literárias, como as de Guimarães Rosa, Alceu Amoroso Lima e Afonso Arinos, até às que resvalaram para o ‘psicanalismo’, atribuindo nossa reserva natural à opressão das montanhas.

Pouco importa o que cada uma dessas análises contém de ‘verdade’. Importa, sim, que a produção artística mineira, em especial a literária, sempre trouxe farta matéria prima para justificar a tese. Nesta nova edição de *MagisCultura*, dois ensaios em especial focalizam autores cujas obras são exemplares da introspecção: Lúcio Cardoso e seus sobrados sombrios e Murilo Rubião, com seus dragões e coelhos indecifráveis.

A revista abre espaço também para discutir a introspecção (falsa?) do carioca Machado de Assis, talvez o maior mito de nossa literatura, e para sobrevoos de nossos magistrados sobre personagens como o Aleijadinho e Chico Xavier, cada um a seu modo também dotado de grande carga de introspecção, certamente responsável pela obra que ambos produziram.

Como a vida – e a arte – não é feita apenas de introspecção, a revista também oferece aos leitores a reflexão e a narrativa históricas, a criatividade, a curiosidade e o bom humor em ensaios, poemas, contos e crônicas de juízes e desembargadores.

A coroar todo esse conjunto literário bem mineiro, escolhemos como tema de capa um dos mais tradicionais de nossos produtos artesanais, o ‘queijo mineiro’, cuja produção andou ameaçada até recentemente pela sanha proibitória da burocracia. O queijo venceu, Minas venceu e todos podemos continuar saboreando, como no dizer de Dantas Mota, “um queijo tão digno que se aborrece na geladeira. [...] O que ele quer é tábua numa cozinha sem forro e acima do fogão.” Como em nossa capa.

Boa leitura.

Bruno Terra Dias
Presidente

MagisCultura

Mineira

Amagis - Diretoria Triênio 2010-2012

Presidente: Juiz Bruno Terra Dias

Vice-presidente Administrativo: Desembargador Herbert Carneiro

Vice-presidente Financeiro: Desembargador Luiz Audebert Delage Filho

Vice-presidente de Saúde: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Diretora-secretária: Juíza Maria Luíza Santana Assunção

Subdiretora-secretária: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretora de Comunicação: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Diretora do Centro de Estudos da Magistratura: Desembargadora Jane Ribeiro Silva

Vice-diretor do Centro de Estudos da Magistratura: Juiz Luiz Guilherme Marques

Diretores Culturais: Desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes,

Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro e Juiz Mauro Simonassi

Conselho Deliberativo: Juiz José Aluísio Neves da Silva (presidente) e Juiz Michel Curi e Silva (secretário)

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

Assessores Especiais da Presidência: Desembargador Nelson Missias de Moraes, Juiz Lailson Braga Baeta Neves, Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Desembargador Tiago Pinto, Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros e Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

• **Conselho Editorial:** Juiz Maurício Torres Soares (presidente), Desembargador Célio César Paduani, Juiz Daniel César Botto Collaço, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juiz Renato César Jardim, Jornalista e escritor Carlos Herculano

Diretor da Revista: Juiz Renato César Jardim

Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)

Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel G. Magalhães (www.comunicatio.com.br)

Ilustrações: Sandra Bianchi

Impressão: Rede Editora Gráfica

Tiragem: 2.500 exemplares

• **Envio de textos para publicação:** leia normas na terceira capa



Machado, o mito e o homem

Rogério Medeiros Garcia de Lima
Desembargador do TJMG

“*E*m certa casa da Rua Cosme Velho
(que se abre no vazio)
venho visitar-te; e me recebes
na sala trastejada com simplicidade
onde pensamentos idos e vividos
perdem o amarelo
de novo interrogando o céu e a noite”

Carlos Drummond de Andrade, *A um bruxo, com amor*.

Machado de Assis é reputado por muitos o maior escritor brasileiro. Mulato de origem pobre, que nunca frequentou a universidade, foi um verdadeiro “aristocrata das letras” (TEIXEIRA, *Aristocrata das letras*, 2012). Érico Veríssimo o considerava “nosso enigma literário mais intrigante” (1996, p. 69). O apelido “Bruxo do Cosme Velho” – conferido a partir do famoso poema de Carlos Drummond de Andrade – expressou o gigantismo do mito criado em torno do fundador da Academia Brasileira de Letras. Contudo, subjaz, à sombra do mito, o homem Joaquim Maria.

Este ensaio abordará concisamente a vida e a obra de Machado de Assis, edificante exemplo de cultura e humanidade.

Desde cedo, a luta pela sobrevivência

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839. Era filho do mulato Francisco José de Assis, pintor de paredes, e da portuguesa Maria Leopoldina. Perdeu a mãe ainda pequeno. O pai casou-se novamente com D. Maria Inês. Francisco faleceu pouco tempo depois.

O menino cresceu, no Morro do Livramento, em companhia da madrasta, que substituiu em zelo e carinho os pais biológicos falecidos. Lavadeira e doceira, Maria Inês encarregava o enteado de vender balas e doces na porta dos colégios frequentados por crianças abastadas. Joaquim Maria foi, enfim, um moleque de morro, moreno, magro, franzino e doentio. Era gago e sofria esporádicos ataques de epilepsia.

Desde a infância, Machado de Assis teve de lutar pela sobrevivência. Trocou a instável venda de doces por empregos mais seguros e melhor remunerados. Era inteligente e esforçado: mesmo sem haver frequentado escolas regulares, aproximou-se de intelectuais e jornalistas, que lhe deram as primeiras oportunidades na vida.

Machado encontrou a proteção de Paula Brito, dono de uma tipografia e livraria, que publicou um soneto do neófito escritor na “*Marmota Fluminense*”. Dois anos depois, o mesmo Paula Brito contratou o protegido para trabalhar em sua loja. Machado corrigia originais e fazia revisão de textos. Nas horas vagas, era caixeiro e vendia livros.

A presença constante no ambiente da livraria facilitou a Machado contatos úteis com pessoas importantes. Abriam-lhe os horizontes e lhe deram chance de prosseguir a publicação de seus escritos em vários jornais e revistas. Germinava o futuro autor de “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”.

Machado de Assis casou-se, em 1869, com a portuguesa Carolina Xavier, após sobrepujar o preconceito racial da família da noiva. Apaixonado, o casal viveu feliz, por mais de três décadas, no confortável casarão do bairro carioca do Cosme Velho. Ambos apreciavam a vida doméstica e Carolina auxiliava o esposo nos afazeres literários.

Carolina faleceu em 1904. Abalado, o viúvo dedicou-lhe belo soneto na abertura do livro “*Relíquias de Casa Velha*”.

Machado foi escritor prolífico. Escreveu romances, contos, críticas literárias, peças teatrais e crônicas.

Além de escritor, foi destacado funcionário público, ocupação que lhe garantia a sobrevivência e tranquilidade para exercitar a literatura.

Era muito polido, tímido e conservador. Possuía hábitos rotineiros, notadamente o convívio com intelectuais e pessoas famosas. Frequentava a célebre “Livraria Garnier”, na capital fluminense, onde se sentava em uma cadeira e discutia com circunstâncias literatura e outros assuntos.

Ajudou a fundar a Academia Brasileira de Letras, da qual foi aclamado presidente perpétuo.

Faleceu em 1908, na cidade onde nasceu e viveu. Expirou cercado de amigos, entre os quais personalidades de renome. O falecimento foi notícia nacional e o corpo foi velado na sede da Academia Brasileira de Letras. Rui Barbosa proferiu discurso de homenagem póstuma.

Machado de Assis sobrevive até a contemporaneidade, por meio de suas obras literárias magistrais.

Estilo próprio, original e irônico

A vasta e variada produção literária de Machado de Assis abrange poesia, crônica, crítica literária, crítica teatral, teatro, conto e romance (PAES e MASSAUD, 1967, p. 40). Começou a escrever na adolescência, numa época em que o Romantismo ainda fazia adeptos. Foi influenciado por essa corrente literária, assim descrita por Alfredo Bosi (1981, pp. 100-101):

“Segundo a interpretação de Karl Mannheim, o Romantismo expressa os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas: a nobreza, que já caiu, e a pequena burguesia que ainda não subiu: de onde, as atitudes saudosistas ou reivindicatórias que pontuam todo o movimento. (...)”

Apesar das diferenças de situação material, pode-se dizer que se formaram em nossos homens de letras configurações mentais

“Como os seus ídolos europeus, os nossos românticos exibem fundos traços de defesa e evasão, que os leva a posições regressivas.”

paralelas às respostas que a inteligência europeia dava a seus conflitos ideológicos.

Os exemplos mais persuasivos vêm dos melhores escritores. O romance colonial de Alencar e a poesia indianista de Gonçalves Dias nascem da aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país, assim como – ‘mutatis mutandis’ – as ficções de W. Scott e de Chateaubriand rastream na Idade Média feudal e cavaleiresca os brasões contrastados por uma burguesia em ascensão. De resto, Alencar, ainda fazendo ‘romance urbano’, contrapunha a moral do homem antigo à grosseria dos novos-ricos; e fazendo romance regionalista, a coragem do sertanejo às vilezas do cidadão. (...)

Como os seus ídolos europeus, os nossos românticos exibem fundos traços de defesa e evasão, que os leva a posições regressivas: no plano da relação com o mundo (retorno à mãe-natureza, refúgio no passado, reinvenção do bom selvagem, exotismo) e no das relações com o próprio ‘eu’ (abandono à solidão, ao sonho, ao devaneio, às demasias da imaginação e dos sentidos). Para eles caberia a palavra do Goethe clássico e iluminista, que chamava a esse Romantismo ‘poesia de hospital’.

Nessa primeira fase, a produção de Machado de Assis vem contaminada de “tipismos românticos” (PAES e MASSAUD, 1967, p. 40). Contudo, a contaminação não sufoca o visível despertar daquilo tudo que acabou fazendo dele o grande escritor dos anos seguintes. Nesse período publicou “Crisálidas” (1884), “Contos Fluminenses” (1870), “Os Deuses de Casaca” (1866), “A Mão e a Luva” (1874), “Ressurreição” (1872), “Helena” (1876) e “Iaiá Garcia” (1878).

A segunda fase, iniciada com a publicação de “Memórias Póstumas de Brás Cubas” (1881), representa relativa adesão ao “credo realista” (PAES e MASSAUD, 1967, p. 40).

Volta à cena Alfredo Bosi para descrever o Realismo (1981, pp. 185-186):

“No plano da invenção ficcional e poética, o primeiro reflexo sensível é a descida de tom no modo de o escritor relacionar-se com o fulcro de sua obra. O liame que se estabelecia entre o autor romântico e o mundo estava afetado de uma série de mitos idealizantes: a natureza-mãe, a natureza-refúgio, o amor-fatalidade, a mulher-diva, o herói-prometeu, sem falar na aura que cingia alguns ídolos como a ‘Nação’, a ‘Pátria’, a ‘Tradição’ etc. O romântico não teme as demasias do sentimento nem os riscos da ênfase patriótica; nem falseia de propósito a realidade, como anacronicamente se poderia hoje inferir; é a sua forma mental que está saturada de projeções e identificações violentas, resultando-lhe natural a mitização dos temas que escolhe. Ora, é esse complexo ideofetivo que vai cedendo a um processo de crítica na literatura dita ‘realista’. Há um esforço, por parte do escritor anti-romântico, de acercar-se impessoalmente dos objetos, das pessoas. E uma sede de objetividade que responde aos métodos científicos cada vez mais exatos nas últimas décadas do século.

Os mestres dessa objetividade seriam, ainda uma vez, os franceses: Flaubert, Maupassant, Zola e Anatole, na ficção; os parnasianos, na poesia; Comte, Taine e Renan, no pensamento e na História. Em segunda plana, os portugueses Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Antero de Quental, que tratavam em Coimbra uma luta paralela no sentido de abalar velhas estruturas mentais. No caso excepcional de Machado de Assis, foi a busca de um veio humorístico que pesou sobre a sua eleição de leituras inglesas.

O distanciamento do fulcro subjetivo (que já se afirmava na frase de Théophile Gautier: ‘sou um homem para quem o mundo exterior existe’) é a norma proposta ao escritor realista. A atitude de aceitação da existência tal qual ela se dá aos sentidos desdobra-se na cultura da época” (grifos no original).

Eça de Queirós acentuava (PROENÇA FILHO, 1969, p. 207):

“O Romantismo era a apoteose do sentimento; o Realismo é a anatomia do caráter. É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos – para nos conhecermos, para que saibamos se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que houver de mau na nossa sociedade”.

Machado de Assis encontrou no Realismo atmosfera propícia à exaltação e manifestação de seu talento. Amadureceu todas as suas virtualidades. Recebeu influência que correspondia às tendências de seu espírito. No gosto da análise psicológica, pôs-se à margem de ortodoxias asfixiantes e criou, nesse período, a obra original e pessoal que lhe perpetuou o nome (PAES e MASSAUD, 1967, p. 40):

“Pôs-se acima das estéticas, tornou-se por si só uma ‘ilha’ estética, e procurou a compreensão do Homem como essência e não como existência. A sondagem psicológica, atingindo as profundezas do subconsciente e apelando para o auxílio da memória, aproxima-o do romance simbolista e faz dele um pré-proustiano. Alia-se a tudo isso forte pendor para as grandes abstrações, para as ‘situações’ universais, realizadas com ironia e humor, que revelam transfiguradamente os aspectos tragicômicos da condição humana. Desse universalismo de fundas raízes na realidade brasileira decorre a posição de primeira plana que ocupa em nossa literatura, a que se junta o superior exemplo de intelectual que deixou para os vindouros.

O melhor de sua obra produziu-o na segunda fase de sua carreira, muito embora as criações anteriores denotem um nítido

aperfeiçoamento das matrizes românticas a que estavam filiadas. Em lugar de relevo, colocam-se seus contos e romances, em ordem descendente: Machado de Assis foi, antes de tudo, um contista, e contista modelar ainda hoje, apesar da metamorfose sofrida pela 'fôrma' desde os fins do século passado".

Afrânio Coutinho, entre as diversas qualidades que apreciava em Machado, destacava "a maneira pela qual desenvolvia, em torno dos assuntos, considerações filosóficas mescladas de humorismo, ou a moralidade de suas histórias" (*Machado de Assis – Obra Completa*, v. II, nota introdutória).

Manuel Bandeira identificava no autor de "*Dom Casmurro*" uma escrita que parece passada a limpo: "não há nunca um excesso, um desleixo" (MONTELLO, 1997, contracapa). E Josué Montello (1997, pp. 17-18) comparava-o ao célebre escritor francês Honoré de Balzac:

"É sabido que Balzac – a quem se atribui ter aumentado o registro civil com os seus personagens – acreditava mais nesses seres imaginados do que naqueles que lhe estendiam a mão. (...)

Como deixar de identificar, na vasta galeria de personagens machadianos, aqueles que vieram da realidade para a ficção, ou os que, supostamente imaginados, encontrariam cá fora os seus modos naturais? O Bento, a Capitu, o Rubião, o Palha, o Tio Cosme, para apenas apanhar alguns exemplos na multidão, são seres vivos que hão de ter tido os seus modelos. Ou que, com o passar do tempo, e o sopro da fantasia, naturalmente se compuseram na imaginação do escritor, para exprimir contingências humanas".

Longe da política?

Crítica-se em Machado suposta indiferença em relação às questões políticas, como apontava, por exemplo, Érico Veríssimo (1996):

O dilema da Confeitaria

Filho-me aos defensores de Machado. Para ser "político", um escritor não precisa ser filiado a partido ou participar de passeatas. O "*Bruxo do Cosme Velho*" exercia sutil crítica aos maus costumes brasileiros. Exemplifico com passagem do romance "*Esau e Jacó*", onde narra a hesitação de Custódio, dono da "*Confeitaria do Império*", que mandara pintar nova placa para seu estabelecimento. A cena se desenrola em diálogo do confeitoiro com o Conselheiro Aires:

"Na véspera, tendo de ir abaixo, Custódio foi à Rua da Assembléia, onde se pintava a tabuleta. Era já tarde; o pintor suspendera o trabalho. Só algumas das letras ficaram pintadas, - a palavra 'Confeitaria' e a letra 'd'. A letra 'o' e a palavra 'Império' estavam só debuxadas a giz. Gostou da tinta e da cor, reconciliou-se com a forma, e apenas perdoou a despesa. Recomendou a pressa. Queria inaugurar a tabuleta no domingo.

Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete dizia só isto: 'Pare no D.' Com efeito, não era preciso pintar o resto, o que seria perdido, nem perder o princípio, que podia valer. Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes. 'Pare no D.'".

Não obstante, o pintor não leu o bilhete a tempo e concluiu a pintura da tabuleta "Confeitaria do Império".

"Custódio confessou tudo o que perdia no título e na despesa, o mal que lhe trazia a conservação do nome da casa, a impossibilidade de achar outro, um abismo, em suma. Não sabia que buscasse; faltava-lhe invenção e paz de espírito. Se pudesse, liquidava a confeitaria. E afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública...

– Mas o que é que há? Perguntou Aires...

– A república está proclamada.

– Já há governo?

– Penso que já; mas diga-me V. Ex^a: ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado. – 'Confeitaria do Império', a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a obra não estivesse acabada, mudava de título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Ex^a cre que, se ficar 'Império', venham quebrar-me as vidraças?

– Isso não sei.

– Realmente, não há motivo; é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo...

– Mas pode pôr 'Confeitaria da República'...

– Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje e perco outra vez o dinheiro.

– Tem razão... Sente-se.

– Estou bem.

– Sente-se e fume um charuto.

"Custódio recusou o charuto, não fumava. Aceitou a cadeira. Estava no gabinete de trabalho, em que algumas curiosidades lhe chamaram atenção, se não fosse o atordoamento do espírito. Continuou a implorar socorro do vizinho. S. Ex^a, com a grande inteligência que Deus lhe dera, podia salvá-lo. Aires propôs-lhe um meio-termo, um título que iria com ambas as hipóteses, – 'Confeitaria do Governo'. (...)

"Curvou-se, recuou e saiu. Aires foi à janela para vê-lo atravessar a rua. Imaginou que ele levaria da casa do ministro aposentado um lustre particular que faria esquecer por instantes a crise da tabuleta. Nem tudo são despesas na vida, e a glória das relações podia amaciar as agruras deste mundo. Não acertou desta vez. Custódio atravessou a rua, sem parar nem olhar para trás, e enfiou pela confeitaria dentro com todo o seu desespero".

Frasista emérito

Machado de Assis foi inigualável fraseador. Selecionei, em pequena amostragem, algumas das famosas frases que elaborou. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*:

"Ao verme, que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver, dedico como saudosa lembrança, estas Memórias Póstumas."

"Obra de finado. Escrevi-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio. (...)"

A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se não te agradar, pago-te com um piparote, e adeus."

"Quem não é um pouco pachola neste mundo?"

"Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria."

Em *Dom Casmurro*:

"Tinha-me lembrado a definição que José Dias dera deles, 'olhos de cigana oblíqua e dissimulada'. (...) Retórica dos namorados, dá-me uma comparação exata e poética para dizer o que foram aqueles olhos de Capitu. Não me acode imagem capaz de dizer, sem quebra da dignidade do estilo, o que eles foram e me fizeram. Olhos de ressaca? Vá, de ressaca. É o que me dá idéia daquela feição nova. Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelos ombros, mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me."

(do personagem Bentinho, sobre os olhos da namorada – e futura esposa – Capitu.)

"E bem, qualquer que seja a solução, uma coisa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve!"

Em *Esaú e Jacó*:

"Não é a ocasião que faz o ladrão (...); o provérbio está errado. A forma exata deve ser esta: 'A ocasião faz o furto; o ladrão nasce feito'"

Em *Memorial de Aires*:

"Tudo é possível debaixo do sol - e a mesma coisa sucederá acima dele - Deus sabe."

"Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular."

Em *O Alienista*:

"A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente."

Em *Quincas Borba*, o protagonista explica a Rubião o que é o princípio de "Humanitas", onde assinala "o caráter conservador e benéfico da guerra":

"Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância. (...)"

Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas."

Da crônica *Rosas e borboletas* (1893, cf. MONTELLO, 1997):

"É meu velho costume levantar-me cedo e ir ver as belas rosas frescas murtas, e as borboletas que de todas as partes correm a amar no meu jardim. Tenho particular amor às borboletas. Acho nelas algo das minhas idéias, que vão com igual presteza, senão com a mesma graça."

Da crônica *O que sobrou* (1893, cf. MONTELLO, 1997):

"Inverdade é o mesmo que mentira, mas mentira com luva de pelica. Vede bem a diferença. Mentira só, nua e crua, dada na bochecha, dói. Inverdade, embora dita com energia, não obriga a ir aos queixos da pessoa que a profere."

Da crônica *O panarício* (1893, cf. MONTELLO, 1997), onde o protagonista, na primeira pessoa, narra sonho em que se transformara num panarício dolorido, que incomodava uma moça que não correspondia aos seus "suspiros":

"Deixem-me sonhar, se é sonho. A realidade é o luto do mundo, o sonho é a gala. (...) Questão de amores. Eu suspirava por uma moça, que fugia aos meus suspiros."

Da crônica *Recepções de ministérios e de partidos* (1895, cf. MONTELLO, 1997):

"O silêncio era o conselho do sábio. Diz um provérbio árabe que 'da árvore do silêncio pende o seu fruto, a tranquilidade.' Diz mal ou diz pouco este provérbio, porque a prosperidade é também um fruto do silêncio."

Da crônica *Jantar da Revista Brasileira* (1896, cf. MONTELLO, 1997):

"A impunidade é o colchão dos tempos; dormem-se aí sonos deleitosos. Casos há em que se podem roubar milhares de contos de réis... e acordar com eles na mão."

Da crônica *A fuga dos doidos* (1896, cf. MONTELLO, 1997):

"Assim vivia, e não vivia mal. A prova de que andava certo é que não me sucedia o menor desastre, salvo a perda da paciência; mas a paciência elabora-se com facilidade – perde-se de manhã, já de noite se pode sair com dose nova."

“Sua mensagem,
como romancista,
é de pessimismo, de
descrença na validade
da condição humana.”

“Não participou da propaganda republicana, como não participou da batalha pela abolição. Era um puro homem de letras que não se importava com política ou problemas sociais”.

No entanto, o autor de *“Quincas Borba”* é defendido por Mario Matos (*Machado de Assis, Contador de Histórias*, p. 23):

“Temos defendido Machado de Assis da coima de ter sido, como artista, indiferente às questões políticas e sociais que se agitaram no Brasil. Não foi tanto assim. Em seus contos, vemos o problema da escravidão tratado por maneira comovente em ‘O Caso da Vara’, em ‘Pai Contra Mãe’, nos quais o bárbaro dos costumes aparece ao vivo. Há, aqui, também a sátira política em ‘Sereníssima República’, ‘O Caso do Bonzo’ e ‘Papéis Velhos’. Quanto ao primeiro, o autor explica, em nota final do volume (‘Papéis Avulsos’), que se trata de sentido restrito: ‘Este escrito, publicado primeiro na ‘Gazeta de Notícias’, como outros do livro, é o único em que há um sentido restrito: as nossas alternativas eleitorais. Creio que terão entendido isso mesmo, através de forma alegórica”.

Igualmente Rina Sirihal (*A Obra de Machado: Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 1970):

“Machado transferiu suas ambições políticas para as personagens dos contos e romances, que viria a escrever até o fim da vida; faz sátira social e crítica dos maus costumes políticos dominantes; foi na qualidade específica de escritor, fazendo a crítica política da sociedade brasileira, que Machado de Assis ‘participou’, efetiva e excelentemente, da vida política do país. (...)

Esse o processo permanente de Machado: a destruição da personagem, a revelação da má argila de que somos feitos. Sua mensagem, como romancista, é de pessimismo, de descrença na validade da condição humana”.

O legado do Bruxo

Da pobreza à fama, eis a trajetória de Machado de Assis. Como lembrava Érico Veríssimo (1996), ele publicou *“Memórias Póstumas de Brás Cubas”* aos 36 anos de idade, vivia casamento feliz com a esposa Carolina e tinha boa posição como funcionário do governo:

“Daquele livro em diante, sua fama aumentou de modo constante e quando chegou aos 50 Joaquim Maria, conhecido por todo o país como Machado de Assis, era a figura mais distinguida e respeitada da cena literária brasileira. Era polido, calmo e modesto. Costumava ir, nos fins de tarde, depois de sair do escritório, à livraria Garnier, ponto de encontro tradicional dos literatos. Os jovens escritores vinham a ele em busca de encorajamento. Os mais famosos homens de letras da época geralmente apreciavam e admiravam Machado de Assis, que tinha a reputação de ser um marido exemplar bem como um funcionário público de primeira categoria, um homem de hábitos conservadores, muito estrito em questões de horário e método, um tanto frio demais nas maneiras e extremamente tímido e sensível. Os críticos e leitores que o conheciam pessoalmente mal podiam acreditar que escrevera aqueles livros tão cheios de personagens e acontecimentos, os quais, a julgar pelas aparências, eram a própria negação da vida e dos princípios do autor.”

As fotografias, que sobreviveram ao tempo, mostram um Machado sóbrio, de óculos sem aro, barbicha, costeletas discretas e penteadas, terno e colete.

Os amigos íntimos o chamavam de “Machadinho”. Tradicionalmente sua vida é narrada de modo linear (*Machado de Assis – Literatura Comentada*, p. 3):

“Nem grandes travessuras de criança, nem grandes aventuras de rapaz, nem mesmo grandes amores. Paixão grande de verdade, só por Carolina, recebida como esposa em matrimônio sacramentado. Vida perfeita, portanto, para uma biografia de escola, onde boêmios e não boêmios ganham asas de anjo, onde todos ficam bem-comportados, obedientes, estudiosos”.

“Tudo muda sem cessar. Tudo devém, tudo é móvel, sempre prestes a transformar-se. ‘Tudo flui’, diz Heráclito (em grego: ‘*panta rhei*’), tudo cede – de maneira permanente, contínua, indefinida. Nada no mundo se mantém fixo, estável, eterno.”

No entanto, a recente publicação da correspondência de Machado de Assis, em livros editados pela Academia Brasileira de Letras, revela traços destoantes do perfil mítico até agora delineado. O escritor e acadêmico Sergio Paulo Rouanet, coordenador das edições, afirma: “O Machado dessas primeiras cartas é muito diferente da convenção. No lugar da figura ensimesmada de casaca preta, surge um boêmio namorador” (TEIXEIRA, *Machado, o moço*, 2008). Aventuras amorosas, aliás, teria vivido também na maturidade e depois de casado (GASPARI, *A interminável CPI da Capitu*, 2006; GIRON, *Machado de Assis (1839-1908) teve uma amante?*, 2012).

Nada que desmereça nosso grande escritor. Ao contrário, um Machado feito de carne e osso cresce em admiração aos nossos olhares contemporâneos.

Afinal, o filósofo Heráclito desdissera Parmênides (FRANCA, 1978, p. 40):

“Parmênides afirmara a imutabilidade do ser. Heráclito opõe-lhe a mutabilidade de todas as coisas, (...) tudo se acha em perpétuo fluxo, a realidade está sujeita a um vir-a-ser contínuo.”

Em outras palavras (DROIT, 2011, p. 84):

“Tudo muda sem cessar. Tudo devém, tudo é móvel, sempre prestes a transformar-se. ‘Tudo flui’, diz Heráclito (em grego: ‘panta rhei’), tudo cede – de maneira permanente, contínua, indefinida. Nada no mundo se mantém fixo, estável, eterno. No oposto do pensamento de Parmênides e dos eleatas, que centram a sua reflexão sobre o imutável, o imóvel, o Ser – que, ele, nunca muda, enquanto o resto devém –, Heráclito defende que nada há que não seja mutável e que não flua.

É neste sentido que é preciso entender a célebre fórmula: ‘Não te banharás duas vezes no mesmo rio’. Ela significa, evidentemente, que o rio nunca é o mesmo: de um instante para o outro, a água que o constitui num dado momento desaparece e outra a substitui. Não é nunca, portanto, no mesmo rio que te banharás. Mas também se poderá interpretar que tu próprio, o banhista, nunca és o mesmo: de um momento para o outro, aquilo a que chamas ‘eu’ modifica-se. O rio flui, o banhista também. Portanto, nunca se repetirá o mesmo banho, o encontro do mesmo banhista e do mesmo rio.”

O estereótipo de uma vida linear sugere frieza e monotonia. O genial Oscar Niemeyer, real e metaforicamente, rebelou-se contra o ângulo reto e optou pelas curvas. Na sua arrojada arquitetura, desprezou “deliberadamente o ângulo reto tão louvado e a arquitetura racionalista feita de régua e esquadro, para penetrar nesse mundo de curvas e formas novas que o concreto armado oferece” (NIEMEYER, 1998, p. 261).

Com Guimarães Rosa (*Grandes Sertões: Veredas*, p. 20), enfim, figura-se o mais recentemente descoberto legado de Machado de Assis:

“O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.”

Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 3ª ed., 1981.
- DROIT, Roger-Pol. *Voltar a Ler os Clássicos*. Lisboa: Temas e Debates, trad. Pedro Vidal, 2011.
- FRANCA, Padre Leonel. *Noções de História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 22ª ed., 1978.
- GASPARI, Elio. *A interminável CPI da Capitu*, jornal *Folha de São Paulo*, edição de 15.02.2006, p. A-10.
- GIRON, Luís Antônio. *Machado de Assis (1839-1908) teve uma amante?*, jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, edição de 17.01.2012, seção de Opinião.
- *Machado de Assis – Literatura Comentada*. São Paulo: Abril Educação, org. Marisa Lajolo, 1980.
- *Machado de Assis – Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda., org. Afrânio Coutinho, 3 vols., 1959.
- MATOS, Mário. *Machado de Assis, Contador de Histórias*, in *Machado de Assis – Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda., org. Afrânio Coutinho, 3 vols., 1959, vol. II, pp. 11-24.
- MONTELLO, Josué. *Memórias Póstumas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- PAES, José Paulo e MASSAUD, Moisés (organizadores). *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967, p. 40.
- PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Linceu, 2ª ed., 1969.
- ROSA, João Guimarães. *Grandes Sertões: Veredas*. São Paulo: Abril Cultura, 1983.
- SIRIHAL, Rina Bogliolo. *A Obra de Machado: Memórias Póstumas de Brás Cubas*, in *MACHADO DE ASSIS, Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Belo Horizonte: Editoria Itatiaia, 1970, introdução.
- TEIXEIRA, Jerônimo. *Aristocrata das letras*, revista *Veja*, São Paulo, Editora Abril, edição de 18.01.2012, pp. 120-121.
- _____. *Machado, o moço*, revista *Veja*, São Paulo, Editora Abril, edição de 03.12.2008, pp. 130-134.
- VERÍSSIMO, Érico. *Breve História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Globo, 3ª ed., 1996.

“Com Guimarães Rosa, enfim, figura-se o mais recentemente descoberto legado de Machado de Assis: ‘O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.’”



Lúcio Cardoso

Os 100 anos do autor da *Crônica da casa assassinada*

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG

A pesar da densidade de sua obra, principalmente como romancista, novelista e poeta, ele ainda é o grande abandonado da literatura brasileira

Lúcio Cardoso, mais lembrado pela obra-prima *Crônica da Casa Assassinada*, completaria agora 100 anos de idade (nasceu em Curvelo, Minas Gerais, em 14 de agosto de 1912) e, a despeito da densa obra como romancista (principalmente), poeta (essencialmente), novelista, tradutor, dramaturgo, roteirista, cineasta, autor de diário, ensaísta e **artista plástico**, ainda não alcançou vasto público leitor, tendo reedições e **fortuna crítica** muito aquém de sua grandeza artística.

O próprio Lúcio anteviu silêncio em torno da *Crônica*, que teve apenas 12 edições em meio século. Em 21 de fevereiro de 1959, pouco antes do seu lançamento pela José Olympio, escreveu em seu diário que o assaltava "uma grande melancolia, imaginando que também este tomará no silêncio e no desinteresse e que, independente de seus defeitos, que talvez só eu conheça, poderia ser uma obra-prima que encontraria a mesma repulsa e a mesma prevenção que vêm encontrando todos os meus outros livros... Mas é de cabeça erguida que eu me preparo para suportar este desdém".

Ao poeta Manuel Bandeira, que achou os personagens da *Crônica* "inapagáveis", incomodava o fato de que todos "escrevessem da mesma maneira, que é afinal a maneira de Lúcio! Todavia esse elemento destruidor da verossimilhança foi impotente para anular a verdade imanente das criaturas a que Lúcio insuflou o seu extraordinário sopro de vida". E garantiu: "Não há dúvida: o romancista é maior do que o poeta. Mas...mas o romancista é grande precisamente pelo poeta que o informa" (*Andorinha*, *Andorinha*).

Vocação artística desde a infância

Joaquim Lúcio Cardoso Filho, *Nonô* para os íntimos, menino sensível e rebelde, avesso ao estudo oficial e maravilhado com o cinema, fazia, com caixas de papelão e sombras projetadas,

uma espécie de cinematógrafo caseiro, e ensaios como diretor, montando com as irmãs contos de fadas e a coroação da Virgem Maria no mês de maio, em Belo Horizonte (era o padre), e colecionava recortes de jornais e fotografias de artistas. Sobre isso, escreveu no diário: "Desde a infância, desde os tempos mais recuados, o cinema foi para mim uma constante preocupação. Lembro-me do monte de revistas cortadas, os desenhos, os programas que inventei, as telas improvisadas..."

Sua irmã Maria Helena Cardoso, *Lelena*, conta em *Vida Vida*, memórias, que, muito pequenino, mais novo dos seis irmãos, Nonô ficava falando, falando, fazendo gracinhas na cozinha, e a cozinheira da casa, que o amava, dizia: 'Minino, minino, vai pru Rio. *Nhanhá*, esse minino precisa sê inzempurado no Rio, é muito intirigente prá ficá aqui'. "Apesar de sua ignorância, completa *Lelena*, o amor fazia-lhe adivinhar o artista que ele seria mais tarde".

Era filho de Joaquim Lúcio Cardoso, fluminense de Taboas, um sonhador, nômade, aventureiro, desbravador que estudou até o terceiro ano de Engenharia em Ouro Preto e transformou um lugarejo pobre e primitivo na cidade mineira de Pirapora, para onde fora a serviço da Cedro e Cachoeira, e de Dona Maria Wenceslina Cardoso, a *Nhanhá*, com quem se casara em segundas núpcias.

No seu primeiro livro de memórias, *Por onde andou meu coração*, *Lelena* conta que o pai, para ganhar a vida, se ausentava do lar por longos períodos, a ponto de não ver nascer nenhum dos filhos e de faltar ao casamento da primeira filha, Regina, nome da primeira mulher e amiga de infância de *Nhanhá*, que em 29 de junho de 1958 faleceria no Rio, 20 anos depois do marido. Infiel à mulher, quando retornava, trazia recursos e presentes para todos, fazendo a alegria da filharada.

Pai aventureiro inspirou personagens

Inspirando-se na atribulada história do heróico, mas fracassado pai (os negócios dele, como comércio de gado e fábrica de sabão, a princípio promissores, redundavam sempre em prejuízo), Lúcio fez dele o principal protagonista, Joaquim, do primeiro romance, *Maleita*, publicado em 1934, quando tinha apenas 22 anos, e, mais uma vez, aproveitou-o no romance *Dias Perdidos*, de 1943, na pele do também fracassado Jaques.

Este personagem também deixara mulher, Clara, e filho, em busca de realização que nunca veio, somando insucessos, o

Depois de 1962, quando um derrame cerebral o deixou afásico e hemiplégico, com o lado direito paralisado até falecer, em 1968.

Somente em 1966 recebeu o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra.

último, uma fazenda, e voltara para casa doente do coração, para morrer, tal como acontecera com Seu Cardoso, que, no fim da vida, se refugiara em um sítio em Viçosa, Minas, mas, adoecendo, voltou para a família, há muito no Rio, onde faleceu, em 8 de setembro de 1938.

Para compor Elisa, em *Maleita*, e Clara, mulheres distanciadas do marido por muito tempo, Lúcio se inspirou na mãe, mulher de fibra que, ausente o marido, ficou à frente daquela família numerosa de Curvelo, enfrentando – como costureira, ajudada pelas irmãs Tidoce, Senóre e Dazinha – a pobreza e o preconceito, na pequena cidade interiorana do sertão mineiro, e os tempos também difíceis em Belo Horizonte e no Rio.

Pela ordem, são estes os filhos do casal, todos falecidos: Regina Cardoso de Paula Xavier (Zizina), Fausto Cardoso (médico), Maria Helena Cardoso (nascida em Diamantina), Aduino Lúcio Cardoso (deputado federal e ministro do Supremo Tribunal Federal), Maria de Lourdes Cardoso de Barros (Dida) e Joaquim Lúcio Cardoso.

Em 1914 – Lúcio com menos de dois anos –, a família se mudou para Belo Horizonte, morando na casa da Rua Paraíba, 214, Bairro Funcionários, há muito demolida. Matriculado no Jardim de Infância Bueno Brandão e, depois, no curso primário do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, Lúcio às vezes fugia da escola e passava o tempo no parque.

A família se transfere para o Rio em 1923. Como ali também era aluno desleixado, em 1924 a família o internou no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Mário Carelli conta em *Corcel de Fogo* que a disciplina rígida dos padres alemães do Arnaldo não o dobra, o diretor quer mandá-lo embora do colégio, mas “seu irmão Aduino (que durante toda a vida interveio para proteger o menino impossível), consegue que ele possa continuar os estudos secundários. Lúcio escreve apaixonadamente, como para exorcizar seu mal de viver”.

“Fui sempre um péssimo funcionário. Vivia fazendo versos. Isolado naquele meio, ninguém me compreendia.”

No serviço, fazia poemas

Retornou ao Rio em 1929, onde inicia as atividades literárias, escrevendo a peça *Reduto dos Deuses*, não publicada, e redigindo, com José Sanz, o jornal *A Bruxa*, nele escrevendo curtas novelas policiais.

Foi admitido na Companhia Equitativa de Seguros, do seu tio Oscar Netto, na qual já trabalhava *Lelena*, ali se dedicando mais a escrever do que ao serviço. Ao romancista e amigo Octavio de Faria, segundo Mário Carelli, confessou: “Fui sempre um péssimo funcionário. Vivia fazendo versos. Isolado naquele meio, ninguém me compreendia”.

A Equitativa funcionava no mesmo prédio da Livraria Schmidt, do poeta e editor Augusto Frederico Schmidt. Datam dessa época as primeiras experiências de Lúcio no romance, publicações na imprensa e a fundação, com Santa Rosa, da *Sua Revista*, que só teve um número. Oscar Netto fundou com Schmidt nova companhia de seguros, a Metrôpole, nela passando a trabalhar os dois sobrinhos. O editor leu poemas de Lúcio, mas pediu um romance, recebendo *Maleita*. Assim, praticamente repetiu o que fizera com Graciliano Ramos, de quem lera primoroso relatório que, como prefeito de Palmeira dos Índios, enviara em 1929 ao governador de Alagoas, e, nele pressentindo um escritor, lhe pedira um romance para publicar. Assim, o alagoano publica, em 1933, seu primeiro livro, *Caetés*.

Antes da publicação de *Maleita*, elogiado pelo temível crítico Agripino Grieco, Lúcio pedira a Octavio de Faria que o lesse. Data dessa época a amizade dos dois escritores, encarregando-se o amigo de organizar, para publicação póstuma, o *Viajante* (1973), outro grande romance, apesar de inacabado, pois ele sofreu o primeiro derrame, em 7 de dezembro de 1962, ficando parcialmente paralisado e sem fala, e os versos de *Poemas Inéditos* (1982). O rio São Francisco é cenário em *Maleita*. Conta *Lelena* que Seu Cardoso, orgulhoso, costumava brincar com o filho: “Lúcio, ó Lúcio. Você pôs o São Francisco correndo ao contrário”.

Obra múltipla

Publicou depois *Salgueiro* (1935), tendo como cenário o morro carioca. Com *A Luz no Subsolo* (1936), abandona o romance regionalista e ingressa no introspectivo, psicológico, de que é maior expressão a *Crônica da Casa Assassinada* (1959), suscitando a lembrança de Dostoiévski. Antes, saem a novela *Mãos Vazias* (1938), os contos infantis *Histórias da Lagoa Grande* (1939), a novela *O Desconhecido* (1940), *Poesias* (1941), *Dias Perdidos* (1943), *Novas Poesias* e a novela *Inácio* (1944), a peça *O Escravo* (encenada em 1943 e editada em 1945), as novelas *A Professora Hilda* e *O Anfiteatro* (1946).

Foram encenadas as peças *O Filho Pródigo*, no Teatro Experimental do Negro, e *A Corda de Prata*, criando para esta peça, com outros, o Teatro de Câmara (1947). No mesmo ano começa a trabalhar em *A Noite*, como jornalista, e traduz *Ana*

Karenina, *Confissões de Moll Flanders*, *Orgulho e Preconceito* e outros. Em 1949 começa as filmagens de *A Mulher de Longe*, inacabado. Em 1950 é encenada a peça *Angélica*.

Publica *O Enfeitiçado* (1954), e o *Diário I* (1961). Em 1961, Paulo César Saraceni produziu o filme *Porto das Caixas*, baseado em obra dele. Depois, saem os póstumos *Diário Completo*, englobando o *Diário I* (1970), e *O Viajante* (1973). Em 1969, *Mãos Vazias*, *O Desconhecido* e *A Professora Hilda*, foram reunidas pelas Edições Bloch em *Três Histórias da Província*, e *Inácio*, *O Anfiteatro* e *O Enfeitiçado*, em *Três Histórias da Cidade*. Mário Carelli traduziu a *Crônica* na França, *Cronique de la Maison Assassinée* (1985, segunda edição em 2005) e *Inácio* (1999).

Obras roubadas

Tendo passado a pintar, virava o quadro “em todos os sentidos, para baixo, para cima, os dedos imundos” conta *Lelena* em *Vida Vida*, Lúcio expôs sua obra pictórica no Rio, São Paulo e Minas, individualmente, e em Paris e Berlim. Em *Lúcio Cardoso: Poesia Completa*, edição crítica que recupera sua obra poética, corrigindo falhas dos seus três livros de poesia e trazendo poemas inéditos, o autor, Écio Macedo Ribeiro, detalha que ele fez duas exposições no Rio, a primeira na Galeria Goeldi (39 obras, 1965), uma na Galeria Atrium, São Paulo (30 obras, 1966), uma no Automóvel Clube de Belo Horizonte (26 obras, 1966), e uma na Galeria Decor, Rio (23 obras, 1968). Apesar do bom público em Belo Horizonte, ele vendeu somente cinco quadros, conta *Lelena*.

Écio Ribeiro revela também que, com sete obras, Lúcio representou o Brasil na exposição internacional para deficientes físicos, em Paris, no 1º andar da Torre Eiffel, de 20 de setembro a 1º de outubro de 1989, e em Berlim, na Hathaus Wedding, de 21 de junho a 27 de julho de 1989. Essas obras, diz, “nunca mais retornaram ao Brasil, foram roubadas, provavelmente, pelo curador”.

Boêmio, “vida estéril”

No Rio, Lúcio trabalhou também como jornalista. Abominava o trabalho em jornal, a ele se sujeitando para sobreviver. “Viver para ganhar dinheiro, viver para ganhar a vida – acaso existe nada de mais repugnante? As únicas ocupações humanas decentes são as de ordem espiritual – as únicas que dão à face um cunho superior, de sacrifício e grandeza” (*Diário Completo*).

Levava vida de boêmio no Rio, frequentando bares como Vermelhinho, Amarelinho, Café Cinelândia, Juca’s Bar, Recreio, com os amigos, entre eles Octavio de Faria, Cornélio Pena, Adonias Filho, Vinícius de Moraes, Rachel de Queiroz e Clarice Lispector.

Tinha consciência cada vez maior da esterilidade daquele modo de vida. No diário, anota: “São as noites como a de ontem que eu não suporto mais. Creio que já me falta mocidade para esses longos desperdícios, para esse vaguear contínuo de café em café,

“As únicas ocupações humanas decentes são as de ordem espiritual – as únicas que dão à face um cunho superior, de sacrifício e grandeza.”

bebericando e desfiando conversas que, de tão fúteis até constituem um atentado a Deus”.

A paixão de Clarice Lispector

Redator do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.), foi colega de Clarice Lispector, a quem sugeriu o título do romance *Perto do Coração Selvagem*. Ela se apaixonou por ele, corresponderam-se, mesmo casada com outro. Numa crônica republicada em *Vida Vida*, Clarice confessa que Lúcio fora “a pessoa mais importante de minha vida durante a adolescência”, e que ele a transformou em “mineira”.

Mais adiante: “Lúcio e eu sempre nos admitimos: ele com sua vida misteriosa e secreta, eu com o que ele chamava de ‘vida apaixonante’. Em tantas coisas éramos tão fantásticos que, se não houvesse a impossibilidade, quem sabe teríamos-nos casado” (referia-se à homossexualidade dele).

No seu diário, Lúcio admite que se nele se calou ou apenas sugeriu “o que devia ser a verdade”, foi porque “um arrolamento constante dos fatos sempre me pareceu monótono e sem interesse para ninguém. A questão sexual, por exemplo, que alguns leitores provavelmente reclamariam, que adiantaria estampá-la, destituída de força, apenas para catalogar pequenas misérias sem calor e sem necessidade?” Nele também anotou: “Estranho dom: Deus deu-me todos os sexos”. Noutro dia, confessou: “Acabo de descobrir uma coisa que fará talvez sucesso entre os psicanalistas: o medo, a perturbação que sinto diante de uma moça. As mulheres casadas não me dão tal impressão.”

Solteiro, morou sozinho em apartamentos, nele reunindo amigos e amigas. O último em que morou sozinho ficava vizinho ao de *Lelena*, que, solteira também, durante décadas residiu na Rua Alberto de Campos, nº 238, apto. 2, Ipanema, onde ela também recebia os amigos deles, aos domingos, tomando vinho, ouvindo música clássica e contando histórias de sua vida.

Generoso, estróina, distribuía dinheiro com facilidade, dava presentes, discos, livros, endividava-se, à irmã e à mãe pedia dinheiro emprestado e, quando conseguia pagar, Dona *Nhanhá* o guardava, prevendo, acertadamente, que logo depois ele pediria mais.

Hemiplégico, pinta com a esquerda

Em maio de 1962, conta *Lelena*, Lúcio chamou-a aflito e ela percebeu que seus músculos tremiam sem parar, primeiro aviso do derrame que sofreria em 7 de dezembro de 1962 e o mataria em 1968. Desatendeu aos apelos para que parasse de beber. No entanto, atendeu ao chamado de *Lelena*, passando a morar no apartamento dela, no quarto ocupado pelo poeta e amigo Walmir Ayala, que passou para o apartamento de Lúcio, onde havia, numa arca, todos os seus escritos, aproveitados depois para a edição da obra póstuma.

Sobrevindo o derrame, aos poucos começou a pintar com a mão esquerda. Hemiplégico, mas intelectualmente intacto, diz Octavio de Faria ao prefaciar *O Viajante*, e confirma *Lelena*, mas não conseguia falar. Então uma criança, a hoje professora e ilustradora Andréa Vilela, neta de Regina e sobrinha-neta dele, lembra, em *“No fim, o que fica é o sangue”*, publicado em *Lúcio Cardoso – A travessia da Escrita*, que Lúcio *“grunhia um som abafado, grave e sem definição, que me causava medo”*. Ele se comunicava por meio de bilhetes, chegou até a escrever pequenos poemas e breves cartas.

Um piquenique antigo

Conta *Lelena* que, certa vez, Lúcio se distraía olhando velhos retratos, quando viu uma fotografia muito antiga de um piquenique em Curvelo, “as figuras apagadas pelo tempo, roupas antiquadas, os homens de bigode à Kaiser, as mulheres de chapelões de palha se protegendo do sol, daquele dia tão longe, vestidos até os pés, um grupo de música ao canto, um flautista com a flauta à boca, outro tocando violão, outro, bandolim, todos reunidos sob a sombra de árvores, um retrato amarelo, quase apagados pelos anos”.

Comovido, para alegria geral dela e dos amigos, escreveu, numa folha do seu bloco, estas palavras impregnadas de poesia: “Um dia que se acreditava eterno. Olhos brilhantes, cabelos desfeitos, um ar de música. Tudo foi para sempre. Ficou o retrato”.

No adeus, uma tarde como ele amava

Lelena relata em *Vida Vida* sua cotidiana luta para cuidar da pessoa mais querida de sua vida, alegrando-se com pequenos avanços na fisioterapia e, nos retrocessos, perdendo a esperança de que voltasse a escrever, até que, na manhã de 12 de setembro de 1968, sofreu o segundo acidente cardiovascular, pressão arterial a 21 x 10. Internado na Casa de Saúde Dr. Eiras, Lúcio

“Um dia que se acreditava eterno. Olhos brilhantes, cabelos desfeitos, um ar de música. Tudo foi para sempre. Ficou o retrato.”

faleceu em 24 daquele mês, às 9 horas da manhã, poucos minutos antes da chegada de *Lelena*, que, apressada e aflita, para lá seguia num carro cujo motorista errara o caminho.

Lembrando-se do sepultamento, no Rio, *Lelena* escreve em *Vida Vida*: “Olho os morros que se erguem ao longe: verdes, verdes, o céu de um azul claro, nuvens bancas, uma tarde linda, uma tarde como ele amava.”

A casa desnuda e abandonada

Quase vinte e nove anos depois, em 14 de março de 1997, aos 93 anos, *Lelena* morreria, desfazendo de vez aquele templo de amizade, amor, cultura, arte, música e poesia que os dois irmãos Cardoso durante décadas cultivaram naquela rua de Ipanema.

Nostálgica, Andréa Vilela escreveu no mesmo artigo: “Na última vez que pisei naquele apartamento, fui invadida por uma enorme tristeza. Há muito que *Lelena* não reconhecia ninguém. A casa, antes decorada com simplicidade e bom gosto, estava desnuda e abandonada. A sala de música, antigamente sempre tomada pelas melodias de Mozart, Schubert, Schumann, Brahms, Haydn, Beethoven, Mendelssohn e tantos outros, agora estava muda. Percebi que o fim estava próximo. Tive uma imensa saudade do que fora aquela casa. Ali, dentro de seus aposentos, sabia estar de pé sobre as ruínas do que eu não mais poderia tocar. Restava ali a presença de Dida, que lutava para dar um pouco de dignidade àquele lugar, enquanto o que sobrara de *Lelena* ali vivesse. Foi ela quem sentenciou e suas palavras me feriram com a cruza da verdade: ‘Estamos aqui vivendo em uma Casa Assassinada’”.

Crônica de decadência e paixões

Abrindo o prefácio da 12ª edição da *Crônica da Casa Assassinada*, comemorativa dos 50 anos da sua publicação (2009), André Seffrin sintetiza: *“Um tumulto de atmosferas opressivas, de ambientes convulsionados. Em ritmos alternados de exaltação e calma, uma trama que oscila em polos de um simbolismo que vaga entre a luz e a treva, o amor e a morte, a beleza e a doença. Concerto para vozes dissonantes sob os alicerces de uma casa e de uma família em franca degradação social e moral. Uma história que conhecemos somente pelo relato de seus personagens, através de cartas, diários, memórias, confissões, depoimentos. Maciço perturbador cujos temas centrais são o adultério e o incesto, a loucura e a decadência”*.

Os personagens principais são os três irmãos Meneses – Demétrio, casado com Ana; Valdo, casado com a carioca Nina; e Timóteo, ser extravagante, afeminado, que ridicularizava o orgulho dos irmãos – ; André, tido como filho de Nina e amante dela; Betty, a governanta; Alberto, o jardineiro; Aurélio, o farmacêutico; Padre Justino; o Coronel e o médico de Vila Velha, todos com voz própria, à exceção do jardineiro, envolvido com Nina e desejado por Ana. A história basicamente gira em torno de Nina, mulher de grande beleza que desperta amor incestuoso, ou presumidamente incestuoso, e adúltero, inveja, ódio e paixões, e que morre contaminada por um câncer devastador.

Andréa Vilela, no ensaio *A liturgia das cores de uma obra profana*, também publicado em *Lúcio Cardoso – A travessia da escrita*, assinala: *“A figura de Nina, mulher que representa a antítese de tudo o que se refere à vida cristalizada, escura e desbotada da mansão dos Meneses, como que acende um foco de luz, embora artificial, revelador sobre os entulhos guardados nos porões da alma de cada um. Sua presença, porém, parece estar condenada a ser a de um agente maligno, o mal em sua mais absoluta pureza.”*

Um casarão em Penedo

A casa assassinada é a Chácara, nos arredores de Vila Velha, na Zona da Mata mineira, habitada pela família Meneses, na fase final de sua decadência moral e econômica, em que vai longe o fastígio de outrora, mas ainda desperta o interesse e a curiosidade da gente da cidade. À sua esquerda, protegido pela vegetação, há um imóvel pequeno e abandonado, o Pavilhão, palco dos amores proibidos e de suicídio.

Saciando sua fome e sede de paisagens (era fascinado por cidadezinhas, rios, trens), Lúcio perambulava pelo interior de Minas e do Rio, impressionando-se com casarões antigos, arruinados, encontrados nas suas andanças.

“Saciando sua fome e sede de paisagens (era fascinado por cidadezinhas, rios, trens), Lúcio perambulava pelo interior de Minas e do Rio, impressionando-se com casarões antigos, arruinados.”

“Sim, essas velhas casas mantinham vivo um espírito identificável, capaz de orgulho, de sofrimento e, por que não, de morte também, quando arrastadas à mediocridade e ao chão dos seres comuns.”

Impressionou-o sobretudo uma fazenda de Penedo, Rio. Em 15 de agosto de 1951, registrou no diário: *“Penedo: uma antiga fazenda como tantas que tenho visto, com inumeráveis quartos vazios, que agonizam sob o pó e a umidade (...) O mistério da fazenda de Penedo me obseda – que vida houve lá, que ecos de civilização sacudiram seus muros, que nomes de poder e de fartura viveram ali a sua legenda?”*

Acredita ser mal-assombrada, em tono dela *“a vida foge esbaforida”*, e indaga: *“No entanto, não estaria aqui, como um aviso a ser decifrado, a história desse espírito que tantas vezes eu procurei encontrar, uma manifestação pessoal, autêntica, de nossa maneira de ser?”*. Continua: *“À medida que o Brasil se afasta para o interior, sua alma se torna mais forte e mais positiva; foi em Minas Gerais, nos becos e vielas de suas cidades mortas, que vi se erguer mais alto e mais cheio de grandeza o espírito de nossa gente.”*

A Chácara, orgulho da pequena cidade

Anos depois, introduziria na literatura o casarão da Chácara, identificado com a própria condição humana. Em *“As Bodas do Silêncio”*, sobre os 25 anos da *Crônica*, dissemos que a casa é, por assim dizer, um dos seus protagonistas, quase um ser vivo, que, passada a opulência, rumava inapelavelmente para o fim.

Narra o médico de Vila Velha que aquela velha Chácara *“sempre fora a lenda e o motivo de orgulho da pequena cidade em que vivíamos. Querelas, notícias de violências e de rivalidades me vinham ao pensamento – a lembrança do Barão, por exemplo, mais ilustre, mais rico e mais nobre do que os Meneses, morando numa fazenda distante da cidade mas cujo nome e cuja casa, apesar de tudo, não conseguiam ter em nosso pensamento o prestígio romântico da casa dos Meneses”*.

Noutro ponto: *“... “esses Meneses não sabiam o que significavam para a imaginação alheia, o valor da legenda que lhes cercava o nome, sua força dramática e misteriosa, sua poesia... (...) Sim, essas velhas casas mantinham vivo um espírito identificável, capaz de orgulho, de sofrimento e, por que não, de morte também, quando arrastadas à mediocridade e ao chão dos seres comuns. (...) quase sentia procurar-me da distância o olhar do velho prédio sacrificado, com estrias de sangue que escorressem ao longo de suas pedras mártires”*.

Chamado quando do suicídio do jardineiro, afirma o médico: *“(...) a verdade é que há muito eu pressentia um mal qualquer devorando os alicerces da Chácara”, aquele reduto que desde a sua infância ele “aprendera a respeitar e a admirar como um monumento de tenacidade, agora surgia vulnerável aos meus olhos, frágil ante a destruição próxima, como um corpo gangrenado que se abre ao fluxo dos próprios venenos que traz no sangue.”*

Em carta a Nina, que retornaria 15 anos depois, escreve Valdo:

“A casa é a mesma, mas a ação do tempo é bem mais visível: há outras janelas que não se abrem mais, a pintura passou do verde ao tom escuro, as paredes gretaram-se pelo esforço da chuva e, no jardim, o mato misturou-se às flores”. Adiante, louva o velho espírito da família Meneses, *“nosso único ânimo e sustentáculo”*, e diz que lhe resta *“a nostalgia do que poderia ter sido, e que foi destruído, por fraqueza nossa ou por negligência”*.

Um instrumento morto

Nina já bem doente, Ana depõe: “No crepúsculo (...), a Chácara sobressaía com extraordinária nitidez: olhei-a de longe, com todas as janelas abertas e as luzes acesas. (...) desde o cimo até sua mais remota estrutura, havia um silêncio, uma espera que lhe emprestava um dignificante tom humano. (...) Por cima, nos altos espaços que o céu azulava, percebia-se o estrondar da correnteza invisível, o vento, e era decerto a essa refrega que ela prestava atenção, com seus ouvidos de pedra, seus nervos de pedra, sua alma de pedra, silente e evocadora, como um instrumento de música morto na vastidão do campo”.

Referências bibliográficas

- *Crônica da Casa Assassinada*, 12ª. ed., comemorativa dos 50 anos da primeira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- *O Viajante*. Lúcio Cardoso, introdução de Octavio de Faria, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973
- *Diário Completo*. Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, em convênio com o Instituto Nacional do Livro (INL), 1970.
- *Dias Perdidos*. Lúcio Cardoso. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- *Por Onde Andou Meu Coração*. Maria Helena Cardoso, 4ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- *Vida Vida*. Maria Helena Cardoso. Rio de Janeiro: José Olympio, em convênio com o INL, 1973
- *Lúcio Cardoso: Poesia Completa* – edição crítica Ésio Macedo Ribeiro – São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- *Corcel de Fogo - Vida e Obra de Lúcio Cardoso (1912-1968)*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988
- *Lúcio Cardoso: A Travessia da Escrita*. Organizadora: Ruth Silviano Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), 1998.
- *Lúcio Cardoso: O traçado de uma vida*. Andréa de Paula Xavier Vilela. Tese de doutorado em Letras. UFMG, Belo Horizonte, 2007 ([http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/DSPACE/bilstream/1843/ECAP-76XKYK/1/lucio cardoso o tratado de uma vida.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/DSPACE/bilstream/1843/ECAP-76XKYK/1/lucio%20cardoso%20o%20tratado%20de%20uma%20vida.pdf))
- *Andorinha, Andorinha*. Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- *As Bodas do Silêncio*, Gutemberg da Mota e Silva, *Suplemento Literário*, Minas Gerais, nº 942, de 20-10-1984.

As ilustrações do presente ensaio são de Andréa Vilela, formada em Artes pela UFMG, professora do Curso de Design da Universidade Fumec e doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, com tese sobre a obra de Lúcio Cardoso, seu tio-avô.



“No crepúsculo (...), a Chácara sobressaía com extraordinária nitidez: olhei-a de longe, com todas as janelas abertas e as luzes acesas.”



Murilo Rubião, o sereno pirotécnico

Aldina de Carvalho Soares
Juíza de Direito em Santa Luzia

“*P*or que estás abatida, ó minha alma,
e por que te perturbas dentro de mim?
Espera em Deus, pois ainda o louvarei,
a ele que é o meu socorro, e o meu Deus.”

Salmo 42:11

Conheci Murilo Rubião quando ainda tinha crença de que me tornaria escritora. Por obra dele escrevo este texto hoje, já que continuo brincando de escrever, mesmo à míngua de genialidade. Vim com ele, Murilo, caminhando desde então, parando um pouco quando dos tempos de faculdade, e hoje me pego nessa missão de traduzi-lo e apresentá-lo a quem não o conhece, nesta edição da *MagisCultura* que o tem como homenageado. Só digo que o farei a meu modo porque cada um tem seu jeito ou, nas próprias linhas ‘murilianas’: “*Todo escritor, depois de certa época, vive plenamente a literatura que faz, a ponto de não saber se ele está sendo influenciado pelo que escreve ou se está fazendo um tipo de literatura de acordo com a sua tradição, com o meio ambiente, com a realidade em que ele vive.*”

Impressiona-me a força da sua figura em minha mente, já que pouca foi a nossa convivência. Eu, como já dito, jovem aspirante a poetisa. O encontro, não marcado, parece-me ter ocorrido na Casa do Jornalista de Minas, na varanda. Lá estava ele, elegante, de terno escuro, óculos de aros grossos, rosto enlazarado marcado por farto bigode e enevoado pela fumaça de mais uma tragada da piteira ou, quiçá, tão somente por minha memória. Por certo que o tenho como maior que deve ter sido, tal a minha admiração.

Facilmente se pode imaginar a cena de uma menina com seus 17, 18 anos sendo apresentada ao consagrado escritor e entregando-lhe poesias que escrevera. Difícil é imaginar a simplicidade e receptividade obtida. E mais, a disposição para a leitura dos poemas e a nota de aprovação que culminou com a publicação de um deles (“*Nublada*”) no *Suplemento Literário*. Ah, não posso deixar de falar do *Suplemento* do “Minas Gerais”, cujo lançamento se deve a Murilo Rubião e que se tornou espaço para divulgação de escritores, consagrados ou não. Sim, Murilo Rubião tinha dessas coisas de enxergar o novo e o antigo ou este e aquele. No meu caso, o poema por ele escolhido e publicado no *Suplemento*, acabou vindo parar também aqui, na primeira edição da nossa *MagisCultura*; quem o reler entenderá, certamente, o motivo. Era um poema abstrato, para não dizer ‘muriliano’, perdoada a pretenciosa ousadia de minha parte.

Sei bem que Adélia, ela mesma, a Adélia Prado que eu quisera ser, publicou no *Suplemento Literário*. Ela, Humberto Werneck, Jaime do Prado Gouveia, Libério Neves, José Márcio Penido, Sebastião Nunes, Carlos Pelegrino, o Pelé, o jornalista e

agora desembargador Gutemberg da Mota e Silva e tantos outros que faziam do *Suplemento* a sua casa. Além deles, artistas plásticos, como Carlos Wolney.

Ativo realizador

Murilo Rubião foi celibatário. O motivo? A arte e o casamento seriam incompatíveis. Quem me contou isso foi Carlos Wolney (artista plástico, mestre e que foi professor na Faop, na Escola Guignard e na UFMG) que, por sinal, foi quem me apresentou ao grande escritor. Dessa conversa também obtive outras informações, como a de ser praxe o encontro de intelectuais no bar Lua Nova, no Edifício Maleta, aqui na capital das Minas Gerais. Ali frequentavam, além do meu informante e do escritor, Nelo Nuno e Chanina (artistas plásticos), Adão Ventura, escritor e juiz classista (de quem tive a honra de ser amiga), Márcio Sampaio (crítico de arte e artista plástico) e mais a turma do *Suplemento Literário* que ficava logo ali, na Avenida Augusto de Lima.

Não só do mundo das letras cuidava ele. Junto com Rui Mourão (que foi secretário do *Suplemento*), Murilo Rubião impediu fosse fechada a Fundação de Artes de Ouro Preto (Faop), por ele criada juntamente com Vinícius de Moraes e Domitila do Amaral e inicialmente batizada de Escola Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Foi também um dos fundadores da Fundação Escola Guignard que até então se chamava Escola de Belas Artes. A primeira fase da escola foi toda feita por ele. Posteriormente, tratou de vinculá-la ao Estado evitando, dessa forma, que as atividades desta fossem encerradas.

Murilo Rubião era um homem bom. Aglutinador de pessoas, ideias, ideais, juventude e maturidade, realidade e fantasia. Conta-se que numa daquelas noites no Lua Nova, um jovem com ele argumentava em tom elevado e outro participante da mesa interveio querendo que se calasse ao que ele se opôs, em gesto contido dizendo algo como: “*Deixe-o falar, deixe-o falar*”, revelando sua índole de ouvinte e pacificador.

Reconhecimento tardio

O que teria sido da arte mineira sem Murilo Rubião? Impossível prever o que não houve se o que se teve foi tão brilhante e ainda vive: Afinal, como ele mesmo diz:

“*Nessa hora os homens compreenderão que, mesmo à margem da vida, ainda vivo, porque minha existência se transmudou em cores e o branco já se aproxima da terra para exclusiva ternura dos meus olhos.*”

No que tange à sua obra literária, sabe-se ter desistido da poesia após ter escrito dois poemas. Consagrou-se com seus contos de narrativa com premissa fantástica.

Da sua obra tem-se: *"O ex-mágico"*, em 1947; *"A estrela vermelha"*, em 1953; *"Os dragões e outros contos"*, em 1965; *"O pirotécnico Zacarias"* e *"O convidado"*, em 1974; *"A casa do girassol vermelho"*, em 1978 e *"O homem do boné cinzento e outras histórias"*, em 1990.

Agora em 2011, a Companhia das Letras lançou um volume com sua *Obra Completa*, dentro do selo 'Companhia de Bolso'.

Teve seus principais contos traduzidos para diversos idiomas, alguns adaptados para o cinema e outros encenados.

O fato de Murilo Rubião não ter sido lido e estudado na mesma proporção do valor de sua obra se deve à forma como sua narrativa foi recebida pela crítica da época e também pela própria natureza de sua ficção. Na década de 1940, as críticas foram no sentido de sua narrativa ser frustrante ao leitor, já que o realismo parecia se transformar em insólito. Em razão desse julgamento, seus livros permaneceram nas prateleiras por quase 30 anos, até que, na década de 70, eclodiu o fenômeno do então denominado *"Kafka brasileiro"* "em razão da aproximação das obras no que diz respeito a uma percepção do mundo". (Todorov, *In Suplemento Literário do Minas Gerais*, nº 666, de 7 de julho de 1979).

A narrativa fantástica constitui-se numa estética que lida com o insólito, com o imaginário, e é o tipo de leitura cujo entendimento só virá para o leitor que a saiba diferente ou, por outras palavras, que não a entenda como um conto tradicional já que passa pela apresentação de uma realidade sobrenatural ou inexplicável. No dizer de Álvaro Lins, citado por Todorov, no artigo acima indicado, *"tem que saber ler, disposição de aceitação e não de compreensão puramente objetiva"*. Ainda naquele artigo, menciona-se o alerta dado por Nely Novaes Coelho a seus alunos da 3ª série ginasial, em 1965, no sentido de ser maléfica a leitura dos contos de Murilo Rubião de uma forma comum e horizontal: *"é mais fácil, mas pode dar a impressão de que os contos são... pueris."* Nessa linha de raciocínio, para a leitura dos contos de Murilo Rubião torna-se imprescindível a adoção de uma postura atenta e diversa da normalmente feita aos contos não fantásticos, ou de concretude.

Sobre a resistência inicial aos seus contos, o próprio Murilo Rubião narrou a seguinte passagem: *"Há alguns anos atrás, durante a realização do Festival de Inverno de Ouro Preto, vários estudantes de um curso de Literatura interpretaram os contos do "Ex-Mágico" como uma crítica à Revolução de 1964. Ora, eles tinham sido escritos por volta de 1940, durante a Ditadura de Vargas. Então eu fiquei satisfeito por ver que meus contos não tinham envelhecido, tinham conseguido transmitir o mesmo clima de esmagamento, de opressão daquela época. Pois meus contos são essencialmente políticos, embora não dirigidos especificamente contra um regime, mas contra a repressão, por exemplo, de qualquer regime."*(in op.cit)

Autorretrato

Ninguém melhor do que ele próprio para se descrever. Em seu 'Autorretrato' diz ele:

"No livro de registro de nascimento da matriz de Silvestre Ferraz, hoje Carmo de Minas, encontro, ao lado meu, os nomes de meus pais: Eugênio Alvares Rubião e Maria Antonieta Ferreira Rubião. 1916. Meu pai, homem de boa cultura humanística, era filólogo e pertenceu à Academia Mineira de Letras. Escrevia com rara elegância, apesar de gramático. Dele herdei a timidez e um certo ar cerimonioso, que me tem privado da simpatia de numerosas pessoas. Algumas delas mulheres, o que é lamentável.

Em Belo Horizonte residi vinte e cinco anos. Alguns alegres, outros tristes. Lá pretendo morrer. No cemitério do Bonfim, se não for incômodo para os que me sobreviverem. Cursei grupo escolar, ginásio, faculdade de direito, e posso afirmar, sem sombra de orgulho, que jamais fui primeiro aluno em qualquer disciplina. Como escritor, alcancei algum êxito na burocracia das letras. Três vezes presidente da Associação Brasileira de Escritores (secção de Minas Gerais) e vice-presidente do I Congresso Brasileiro de Escritores.

Sete anos levei para escrever e publicar o meu primeiro livro "O ex-mágico". Nem por isso ele saiu melhor.

Comecei a ganhar a vida cedo. Trabalhei em uma baleira, vendi livros científicos, fui professor, jornalista, diretor de jornal e de uma estação de rádio. Hoje sou funcionário público. Celibatário e sem crença religiosa. Duas graves lacunas do meu caráter. Alimento, contudo, sólida esperança de me converter ao catolicismo antes que a morte chegue.

Muito poderia contar das minhas preferências, da minha solidão, do meu sincero apreço pela espécie humana, da minha persistência em usar pouco cabelo e excessivos bigodes. Mas, o meu maior tédio é ainda falar sobre a minha própria pessoa."

A fé de um agnóstico

Outra característica marcante dos seus contos era a inserção de epígrafes. A religiosidade e a fé davam ao escritor uma espécie de segurança e de conforto – ainda que autoproclamado agnóstico – que ele estampava em seus textos contidos, sóbrios e repletos de pormenores.

Fico a imaginar se teria havido certa desilusão do autor com a religião e em razão disso tivesse sido levado aos contos fantásticos e, ao mesmo tempo, mineiro que era – e, portanto, tendo sido marcado com a aura de religiosidade que é impressa em quem nasce nesse Estado – teria consolidado sua dita falta de fé com inserção de epígrafes bíblicas em todos os seus contos. Aliás, segundo ele mesmo:

“O meu mundo de ficção está muito relacionado com a Bíblia. Eu escrevo um conto sem pensar na epígrafe. Quando chego ao seu final eu vou à Bíblia e acho-a lá, exatamente. Às vezes, pensando em fazer determinado conto, encontro imediatamente a epígrafe correspondente na Bíblia. Isso se deve à leitura excessiva, ou à releitura. Eu jamais sei se o meu conto começa ou acaba na epígrafe.”

Na sutileza do seu bom humor afirmava ainda ter esperança de se converter ao catolicismo.

Cronologia da vida

Murilo Eugênio Rubião, além de precursor do realismo mágico na Literatura Brasileira, chamado de Kafka brasileiro, teve também expressiva participação na vida pública, para além do estado de Minas Gerais, no qual nasceu em 1º de junho de 1916, na cidade de Silvestre Ferraz, hoje Carmo de Minas, filho de Eugênio Rubião e de Dona Maria Antonieta Ferreira Rubião.

Em 1935 bacharelou-se em Humanidades no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte tendo sido o orador da turma.

Formou-se em Direito em 1942, pela Universidade de Minas Gerais sendo que, ainda estudante e junto com outros, criou a revista *“Tentativa”*.

Foi um dos fundadores e presidente interino da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais em 1939, ano em que se tornou redator da Folha de Minas.

Em 1940 passa também a ser redator da revista *Belo Horizonte*.

Em 1942, além de lecionar, é nomeado diretor da Rádio Inconfidência. Em 1946 é eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores (Minas Gerais).

Foi também oficial de gabinete do interventor João Beraldo, em 1946; diretor do Serviço de Radiodifusão do Estado de Minas Gerais, em 1948; em 1949 exerceu as funções de chefe do Serviço de Documentação da Comissão do Vale do São Francisco no Rio de Janeiro. Em 1950, foi nomeado oficial de gabinete do então governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek e designado diretor interino da Imprensa Oficial e da Folha de Minas.

Em 1952 foi escolhido superintendente da Secretaria de Saúde e nomeado chefe de gabinete do governador Juscelino Kubitschek.

No ano de 1956 foi nomeado chefe do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Madri e indicado como adido junto à Embaixada do Brasil na Espanha. Ainda neste, foi escolhido membro da delegação brasileira para o 11º Congresso de Cooperação Intelectual, realizado em Santander, Espanha. Permaneceu na Espanha até 1960 quando foi condecorado pelo governo espanhol com a comenda Isabela, a Católica.

De volta ao Brasil, reassume em 1961 as suas funções de assessor técnico administrativo do Estado, sendo designado para a redação do Minas Gerais.

No ano de 1966 foi encarregado de organizar o *Suplemento Literário do Minas Gerais*, órgão oficial do Estado, tendo sido seu primeiro Secretário.

No ano de 1967 foi designado diretor da Rádio Inconfidência e nomeado diretor da Escola de Belas Artes e Artes Gráficas de Belo Horizonte, a Escola Guignard.

Em 1969 afastou-se da direção do *Suplemento Literário* para assumir a chefia do Departamento de Publicações da Imprensa Oficial e foi designado presidente da Comissão de Apreciação do Mérito das Publicações da Imprensa Oficial. Além disso, foi eleito Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto.

Em 1971 foi eleito presidente da fundação Madrigal Renascentista; em 1975 foi promovido a diretor de Publicações e Divulgação da Imprensa Oficial, ano em que se aposentou. Ainda neste, foi eleito presidente do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais.

Faleceu em Belo Horizonte em 1991, onde residiu a maior parte de sua vida.

Os Dragões

Murilo Rubião

Fui irmão de dragões e companheiro de avestruzes.
(Jó, XXX, 29)

Os primeiros dragões que apareceram na cidade muito sofreram com o atraso dos nossos costumes. Receberam precários ensinamentos e a sua formação moral ficou irremediavelmente comprometida pelas absurdas discussões surgidas com a chegada deles ao lugar.

Poucos souberam compreendê-los e a ignorância geral fez com que, antes de iniciada a sua educação, nos perdêssemos em contraditórias suposições sobre o país e a raça a que poderiam pertencer.

A controvérsia inicial foi desencadeada pelo vigário. Convencido de que eles, apesar da aparência dócil e meiga, não passavam de enviados do demônio, não me permitiu educá-los. Ordenou que fossem encerrados numa casa velha, previamente exorcismada, onde ninguém poderia penetrar. Ao se arrepender de seu erro, a polêmica já se alastrara e o velho gramático negava-lhes a qualidade de dragões, “coisa asiática, de importação europeia”. Um leitor de jornais, com vagas ideias científicas e um curso ginásial feito pelo meio, falava em monstros antediluvianos. O povo benzia-se, mencionando mulas sem cabeça, lobisomens.

Apenas as crianças, que brincavam furtivamente com os nossos hóspedes, sabiam que os novos companheiros eram simples dragões. Entretanto, elas não foram ouvidas.

O cansaço e o tempo venceram a teimosia de muitos. Mesmo mantendo suas convicções, evitavam abordar o assunto.

Dentro em breve, porém, retomariam o tema. Serviu de pretexto uma sugestão do aproveitamento dos dragões na tração de veículos. A ideia pareceu boa a todos, mas se desaviam asperamente quando se tratou da partilha dos animais. O número destes era inferior ao dos pretendentes.

Desejando encerrar a discussão, que se avolumava sem alcançar objetivos práticos, o padre firmou uma tese: os dragões receberiam nomes na pia batismal e seriam alfabetizados.

Até aquele instante eu agira com habilidade, evitando contribuir para exacerbar os ânimos. E se, nesse momento, faltou-me a calma, o respeito devido ao bom pároco, devo culpar a insensatez reinante. Irritadíssimo, expandi o meu desagrado:

– São dragões! Não precisam de nomes nem do batismo!

Perplexo com a minha atitude, nunca discrepante das decisões aceitas pela coletividade, o reverendo deu largas à humildade e abriu mão do batismo. Retribuí o gesto, resignando-me à exigência de nomes.

Quando, subtraídos ao abandono em que se encontravam, me foram entregues para serem educados, compreendi a extensão da minha responsabilidade. Na maioria, tinham contraído moléstias desconhecidas e, em consequência, diversos vieram a falecer. Dois sobreviveram, infelizmente os mais corrompidos.



Mais bem-dotados em astúcia que os irmãos, fugiam, à noite, do casarão e iam se embriagar no botequim. O dono do bar se divertia vendo-os bêbados, nada cobrava pela bebida que lhes oferecia. A cena, com o decorrer dos meses, perdeu a graça e o botequineiro passou a negar-lhes o álcool. Para satisfazerem o vício, viram-se forçados a recorrer a pequenos furtos.

No entanto eu acreditava na possibilidade de reeducá-los e superar a descrença de todos quanto ao sucesso da minha missão. Valia-me da amizade com o delegado para retirá-los da cadeia, onde eram recolhidos por motivos sempre repetidos: roubo, embriaguez, desordem.

Como jamais tivesse ensinado dragões, consumia a maior parte do tempo indagando pelo passado deles, família e métodos pedagógicos seguidos em sua terra natal. Reduzido material colhi dos sucessivos interrogatórios a que os submetia. Por terem vindo jovens para a nossa cidade, lembravam-se confusamente de tudo, inclusive da morte da mãe, que caíra num precipício, logo após a escalada da primeira montanha. Para dificultar a minha tarefa, juntava-se à debilidade da memória dos meus pupilos o seu constante mau humor, proveniente das noites maldormidas e ressacas alcoólicas.

O exercício continuado do magistério e a ausência de filhos contribuíram para que eu lhes dispensasse uma assistência paternal. Do mesmo modo, certa candura que fluía dos seus olhos obrigava-me a relevar faltas que não perdoaria a outros discípulos.

Odorico, o mais velho dos dragões, trouxe-me as maiores contrariedades. Desastradamente simpático e malicioso, alvoroçava-se todo à presença de saias. Por causa delas, e principalmente por uma vagabundagem inata, fugia às aulas. As mulheres achavam-no engraçado e houve uma que, apaixonada, largou o esposo para viver com ele.

Tudo fiz para destruir a ligação e não logrei separá-los. Enfrentavam-me com uma resistência surda, impenetrável. As minhas palavras perdiam o sentido no caminho: Odorico sorria para Raquel e esta, tranquilizada, debruçava-se novamente sobre a roupa que lavava.

Pouco tempo depois, ela foi encontrada chorando perto do corpo do amante. Atribuíram sua morte a tiro fortuito, provavelmente de um caçador de má pontaria. O olhar do marido desmentia a versão.

Com o desaparecimento de Odorico, eu e minha mulher transferimos o nosso carinho para o último dos dragões. Empenhamo-nos na sua recuperação e conseguimos, com algum esforço, afastá-lo da bebida. Nenhum filho talvez compensasse tanto o que conseguimos com amorosa persistência. Ameno no trato, João aplicava-se aos estudos, ajudava Joana nos arranjos domésticos, transportava as compras feitas no mercado. Findo o jantar, ficávamos no alpendre a observar sua alegria, brincando com os meninos da vizinhança. Carregava-os nas costas, dava cambalhotas.

Regressando, uma noite, da reunião mensal com os pais dos alunos, encontrei minha mulher preocupada: João acabara de vomitar fogo. Também apreensivo, compreendi que ele atingira a maioridade.

O fato, longe de torná-lo temido, fez crescer a simpatia que gozava entre as moças e rapazes do lugar. Só que, agora, demorava-se pouco em casa. Vivia rodeado por grupos alegres, a reclamarem que lançasse fogo. A admiração de uns, os presentes e convites de outros, acendiam-lhe a vaidade. Nenhuma festa alcançava êxito sem a sua presença. Mesmo o

“Apenas as crianças,
que brincavam
furtivamente com
os nossos hóspedes,
sabiam que os novos
companheiros eram
simples dragões.”

padre não dispensava o seu comparecimento às barraquinhas do padreiro da cidade.

Três meses antes das grandes enchentes que assolaram o município, um circo de cavalinhos movimentou o povoado, nos deslumbrou com audazes acrobatas, engraçadíssimos palhaços, leões amestrados e um homem que engolia brasas. Numa das derradeiras exibições do ilusionista, alguns jovens interromperam o espetáculo aos gritos e palmas ritmadas:

– Temos coisa melhor! Temos coisa melhor!

Julgando ser brincadeira dos moços, o anunciador aceitou o desafio:

– Que venha essa coisa melhor!

Sob o desapontamento do pessoal da companhia e os aplausos dos espectadores, João desceu ao picadeiro e realizou sua costumeira proeza de vomitar fogo.

Já no dia seguinte, recebia várias propostas para trabalhar no circo. Recusou-as, pois dificilmente algo substituiria o prestígio que desfrutava na localidade. Alimentava ainda a pretensão de se eleger prefeito municipal.

Isso não se deu. Alguns dias após a partida dos saltimbancos, verificou-se a fuga de João.

Várias e imaginosas versões deram ao seu desaparecimento. Contavam que ele se tomara de amores por uma das trapezistas, especialmente destacada para seduzi-lo; que se iniciara em jogos de cartas e retomara o vício da bebida.

Seja qual for a razão, depois disso muitos dragões têm passado pelas nossas estradas. E por mais que eu e meus alunos, postados na entrada da cidade, insistamos que permaneçam entre nós, nenhuma resposta recebemos. Formando longas filas, encaminham-se para outros lugares, indiferentes aos nossos apelos.

[Publicação autorizada por Silvia Rubião, sobrinha do escritor e que detém os direitos autorais de sua obra.]

Três poemas

Renato Jardim

Juiz de Direito em Belo Horizonte

V IAGEM
Viajo no tempo,
jamanta sem freios
no declive da existência.

Tempo arisco,
não se amarra
em pontos estéticos.

Acaricia o rosto juvenil
no ardil de
patrolar estradas.

Jamanta desembastada
E eu passageiro
Itinerário dos acasos
E a vida passageira

V ITALIMENTO
Embriaguei-me de
Um combustível etéreo
Que leva aos meus anelos
e minha alma vomitou sonhos.

N OTÍCIA VELHA
"Mata já era!",
público.
Já era público.
Sábua
sabiá
sabua.
Doida,
doída,
ira de Irã,
canto público,
canto central
da central.
Público para
para o canto:
"não se arvore
dono da árvore não!"
País sem país,
notício.



Os mesmos temas

João Quintino Silva

Desembargador do TJMG, aposentado

Amor, paixão, loucura, solidão...
Arroubos de um coitado coração
Falto de beijos – farto de problemas...
– Minha arte velha – sempre os mesmos temas.

Bendita, ó noite! em cujo seio vivo,
Do mundo, fugitivo!
Eu amo a solidão e a doce paz
Que em tua sombra tu me dás!

Dentro de ti, porém, como num ventre,
Às vezes me angustio, me debato... e, dentre
Vozes de canto, solta-me o lamento
De quem – nascido – quer um novo nascimento!

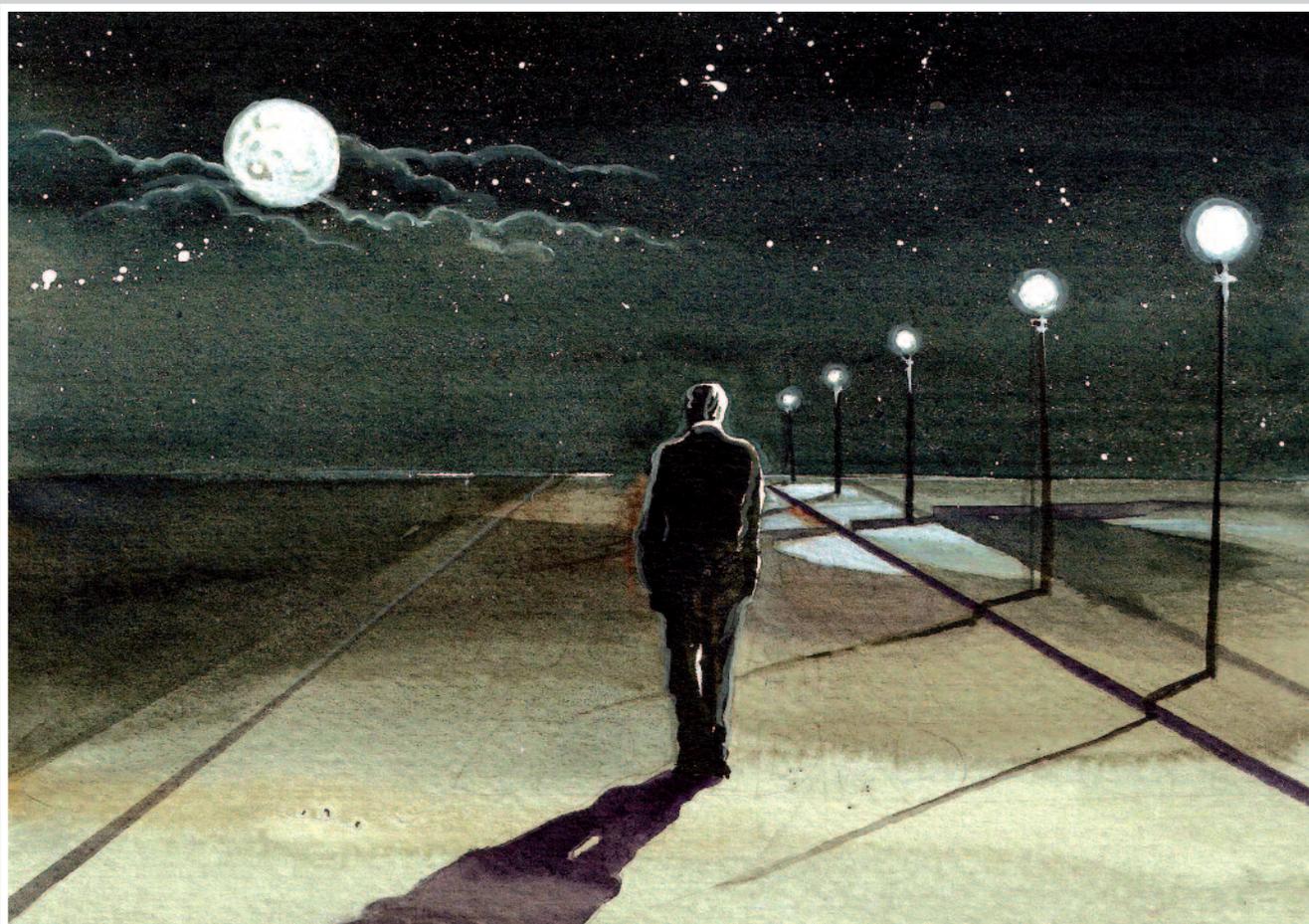
Estranho sou, dentro da vida.
Poeta de alma tão ferida,
Abstraio-me de mim, me esqueço e evito...
Nem ouço, agora, o próprio grito.

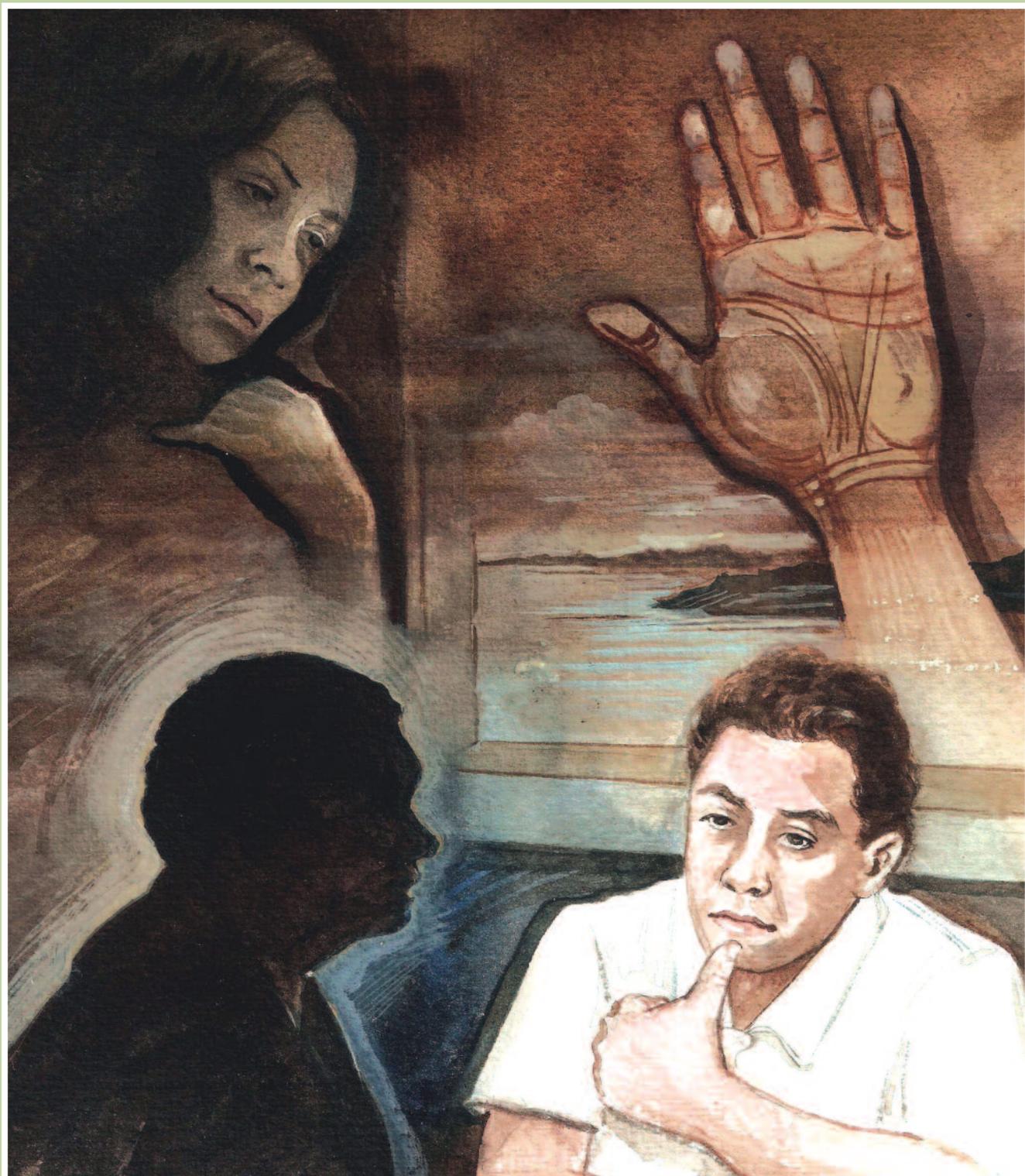
Estranho anseio de desintegrar-me em versos
Que fossem, ao depois, dispersos
Como milhões de seres palpitantes,
Como os dois corações de dois amantes!

Que meu ser material se transformasse em nada,
E apenas fosse conservada
A minha sensibilidade doentia,
– Geratriz incansável de poesia!

Quisera o amor, porém o amor liberto,
Dado a si próprio, ora suavíssimo, ora esperto...
O amor-amor, sem contenção,
Sem convenção...

Amor sem olhos maus e sem cochichos,
Sem brigas, sem rodeios, sem caprichos...
Amor de mão na mão,
Capaz de tudo – e até de salvação!





A Fêmea

Glayco Firpe

Juiz de Direito, aposentado

De tudo que se diz e pensa é já de antes colocado na linha mestra, só coadjuvantes é que somos, interferentes nos menos e nos detalhes. Temos que dois interesses se contrapõem e deles o nosso é o diminuto, o que se amolda. Por tanto e por tal não me façam indagamentos a mim – e a Ele no especial – por forma alguma.

Isso foi o preâmbulo de Nilo Grande ao Nido, apresentante de consultante, arredo, desconhecente e necessitoso de informe.

Filho de barqueiro, neto idem e ele ibidem, nasceu plantado na margem onde o esperava o todo curso da vida, mas havia dúvidas. Por tal a ida ao longe, cafundó desconfeito, onde assistia o vidente. Levou-lhe fumo e chumbo. Nilo mirou: moço de cicatriz na testa, moreno, verde-amarronzado na bola da vista, mão engrossada de remo, posto ainda na muda.

Não se travou diálogo. O xamã lhe apontou assento e monologou:

– *Bom que veio! Muitos rumam pelo desinteresse. Podiam evitar os estreitos e avançar pelos claros, se bem que a chegada não aceite evitamentos.*

Nilo olhou-lhe a mão aprofundado. Esteve em interjeições e muxoxos.

Intimidado entre o macabro e a imagem talhada em rústico, vidrou-se na boca pressagiosa, nas fundas rugas daquele rosto de cobre velho e no olhar desnudante. A mão magra fazia mímica do dito, muitas vezes apontante.

– *É, não vejo cortes! Algum imprevisto, isso sim, mas sem sucesso. Preciso é o bom pensamento, o indescuido... Vejo, vai aparecer uma fêmea para um conversar. Fique atento. Vocês devem estar de acordo, não aceite antes de ficar seguro. Cuide, porém, para não deixar passar a hora.*

O olho de Nido brilhou interrogante. Nilo pensou reticente.

– *Não... Não falo dessas coisas, pelo menos no início. Só lhe posso dizer é que vem, agora, quando e o conteúdo da conversa, é coisa de apenas você e ela. Depende... Melhor será se puder se traduzir, em atração, seja de amigo ou amante, mas pode ser de malquerer. Ai é que me cabe a interferência, é onde aconselho e ajudo: ande no atento e só aceite conversar no tempo justo e sua vida será serena.*

Dizendo isso se levantou dando por finda a consulta.

– *Não há mais o que acrescentar.*

Pôs-lhe as mãos na cabeça e o despediu.

Nos miúdos, Nido ficou por entender, mas o mistério, dito no desdetalhe, tocou profundo. Canoeiro prudente e lacônico, evitante de redemoinhos e corredeiras, fosse em pesca ou transporte, ninguém lhe andou de menoscabos ou reparos. Não que eu saiba.

Na manhã do entretanto, porém, sucedeu a imprevidência: Silvana na cabeça, aproou em ilha de tomado capim. Foi pôr o pé e urutu bateu. Sorte estar com Bento que conduziu. Quedou-se no catre em febres e delírios. Então ela chegou pela porta, olhou e cismou: ele, vinte anos, quase imberbe, desconhecedor. Que poderia dizer? Seria de proveito aquele encontro no agora? Não, definitivamente estava-se em destempo. Nido mal lhe viu confusamente o porte, enquanto ela, saindo em passos abafados, seguiu pela estrada que ruma para a Serra do Amanhecer.

Desde esse acontecido correu-lhe a vida no marasmo: observação dos campos, dos animais cismosos da margem, das aves de

sagrado pontual e também de algum amor: Silvana aceitou a invariabilidade daquela margem, contentando-se com o rio passante e a solidão inserida na alma dele. Nido, por troca deu-lhe a certeza de um até onde Deus deixar. Quantos anos correram por aquelas águas? Nunca se atentou para isso, mas os meninos já se ensaiavam barqueiros.

No correr desse marcado quadro, uma vez a maleita lhe decretou descanso, no contrareio, mas estava nessa tarde, de janela aberta olhando o céu.

Ela, fêmea, passante, se emoldurou no caixilho com seu ar de andarilha. Fez-lhe um sinal convidante para o aproximado e ele a reconheceu de imediato, no só pelo instinto. Alavancou-se então em Nilo Grande: – *Vocês devem estar de acordo.* Lembrou-se da mulher e dos quatro meninos. Não se dispunha a enveredar por essa aventura, ademais não se agradou de seus trejeitos: esse chamar de olhos apenas, misterioso e sem explicações prévias... Por sorte entrava Silvana. Ele levantou-se lento e fechou a janela. A mulher o repreendeu pelo esforço.

– *Não, já me sinto bem. Estou cansado da cama.*

Assim discreto, evitou que a esposa percebesse a presença embaraçosa. A outra, no reverso da janela, também não se deu por ofendida, ou pelo menos não demonstrou: montou no seu baio e seguiu no rumo da estrada para a Serra do Meio-dia. Em seu ir aquilato que era uma oportunidade boa, porém, entendeu o drama da família por criar e, ademais, não desejava forçar situações.

A sezão cessou e Nido pode retomar o seu de sempre barqueirar naquelas longas idas. Esqueceu-se quase de todo da fêmea e, só de longe em longe, olhava Silvana com certo remorso pela traição futura. Ela nunca se deu conta. Teve ano de carestia e ameaça como aquele da peste, mas, também o de glória e regozijo: o casamento de Alvino, a chegada de Alfredo, o neto.

Em trinta e nove fizeram mutirão e puseram de pé as casas dos meninos. O que era um virou-se em povoado. Foi festivo esse ano. Ele estava para completar sessenta, e então, já noite adiantada, aquela dor aguda no peito. Ficou deslembado das coisas. Agora, porém, naquela cama ia recuperando a consciência. Estava confortável e querente de sono. Por estar sozinho, lembrou-se da fêmea. Abriu os olhos e ela estava ali sorridente, na mesma imagem de há vinte anos, vista pela janela. Não mudara exceto no vestir, hoje usava branco como se fosse médica. Mesmo assim se percebia nos olhos dela o desejo de outros horizontes.

Era um momento de paz. Não se lembrava de afazeres e compromissos ficados.

– *Tudo bem! Acho que podemos conversar.*

Ela riu.

– *Sem pressa! Temos todo o tempo do mundo. Conversaremos no caminho. Por hora cumpre cuidar de alguns pequenos detalhes.*

Dizendo isso lhe pousou delicadamente a mão no ombro. Um frio gélido percorreu-lhe o corpo. O último que viu foi o relógio na parede: meia-noite. Por sorte ninguém apareceu. Ela esteve a contemplá-lo até que se aquietou de todo. Apagou a última luz, trancou a derradeira porta e lentos saíram se sorrindo no rumo da Serra da Escuridão.



O Circo

Renato Zouain Zupo
Juiz de Direito em Araxá

Alfredo sabia que a sua vida era de sofrimento, e não se importava. Todos os dias era acordado cedo pelo pai com um safanão e sem palavras, que era para não acordar o bebê, seu irmão caçula. Mesmo quando ainda não havia o bebê, havia o safanão, sabe-se lá por qual motivo. Iam ambos, então, até a fossa e o tanque do lado de fora do barracão, local das abluções e necessidades fisiológicas diárias.

Fora assim desde sua mais tenra idade. Era o dia inteiro de lida na roça. Não sabia quantos anos tinha, mas sabia que já não era mais menino e tampouco chegara a se tornar adulto. Tinha pelos nas partes íntimas, mas ainda não tinha bigode e nem barba. Como não comemorava aniversário, e nem tinha registro em cartório, seu mundo era uma tapera em que não havia calendários e datas. E era assim que ia vivendo a vida, acompanhando o pai logo cedo na faina. Na roça colhiam mandioca, plantavam milho e feijão, que um caminhão velho dirigido por um compadre vinha buscar toda semana. O que sobrava da produção tinha que ser o suficiente para sua família comer: pai, mãe, uma tia velha que passava o dia entrevada na rede, as duas irmãs mais velhas, ele e o “moleque”, como o pai chamava seu irmãozinho.

Alfredo tinha outra irmã, a primeira a nascer, a primogênita da casa, da qual ele bem se lembrava porque fora a única a lhe nutrir alguma coisa próxima do carinho maternal, que sua verdadeira mãe não tinha tempo de dar, porque passava os dias e noites parindo, cozinhando e cuidando da prole. Já de noite, vez ou outra ele ouvia os gemidos dela e os do pai no catre ao lado, coisa de adulto que Alfredo não se preocupava em indagar, até porque se o fizesse apanharia com cabo de vassoura e com tanta intensidade que ficaria sem poder sentar por alguns dias.

O nome da sua irmã sumida era Vera, e nos primeiros tempos de sua infância era ela quem lhe dava de comer, trocava os panos, ninava. Lembrava-se de seu sorriso complacente, seus longos cabelos negros, seus cuidados afetuosos. De um dia para o outro ela sumiu, levada pelos amores de um caixeiro viajante que por ali aparecera vendendo roupas e bugigangas. Seu pai, então, decretara que Vera “morreu para eles”. Alfredo não entendeu à época, como não entendia hoje, como uma pessoa poderia morrer para eles e não morrer para o mundo. Sentiu muita falta da irmã nos primeiros tempos, porque ela lhe dera a pouca felicidade que conhecia, mas como a palavra do pai era lei para ele e para os demais membros de sua família, largou para lá seus choramingos, que eram coisas de ‘maricas’, conforme outra das lições paternas, e concentrou-se em crescer para o trabalho.

E a lida era diária, sem domingos e feriados. Calejara rapidamente as mãos labutando no sereno, no sol, na chuva, carpindo e colhendo. Depois de um par de horas de suor e sofrimento, vinha a mãe, ou outra de suas irmãs, trazendo a merenda, que geralmente era bolo de fubá e um café aguado e com quase nenhum açúcar, que era para economizar o pouco que a família podia e conseguia comprar na venda do turco do

vilarejo vizinho. E a merenda mal dava para segurar o ronco da fome, que Alfredo não podia segredar ao pai, porque o pai não gostava de segredos. Aliás, o pai não gostava de conversas com os filhos, só dava ordens, e as ordens tinham que ser obedecidas. Paravam rapidamente para comer, voltavam ao trabalho e, bem depois, para o almoço ao redor do fogão de lenha improvisado na tapera. Lavavam-se no tanque, comiam o angu com banana e ovos de um galinheiro ínfimo que mantinham para ajudar na paupérrima dieta alimentar. Carne vermelha era só para quando caçavam algum preá ou teiú, o saboroso lagarto que por lá era raro de aparecer. Dali voltavam para a roça. Antes do entardecer retornavam à tapera para mais bolo ou, nos dias de sorte, uma canjiquinha com farelo de galinha velha morta.

De nada disso Alfredo se lamentava, porque quem só conhece os frutos podres da árvore da vida não tem como comparar suas desventuras à felicidade dos outros. Não tinha estudo e vivia tal como bicho do mato, encafudado na roça e na tapera. De vez em quando, é verdade, ia fazer compras com o pai e uma das irmãs no vilarejo vizinho. Lá via um carro vez ou outra, uma televisão ligada com cores vibrantes, mas com gente conversando esquisito e dizendo palavras que ele mal entendia. Era um universo que não era o dele, e que por isso não lhe importava. Ele tinha e tocava seu próprio mundo. Se dava para comer e para dormir, que se danassem os sorrisos e os prazeres que ele nunca tivera e nunca haveria de ter.

Isso até que um dia apareceu um circo no vilarejo. Alfredo soube, não porque estivesse à toa espantando pelas ruas como um dândi ou um vagabundo, mas porque o carro de som anunciando a chegada do Circo dos Irmãos Fuentes era tão estridente que lhe chegou aos ouvidos quando apanhava lenha próximo da estradinha de chão batido que ligava sua tapera ao povoado. Ficou sem saber o que era um “circo”, mas o anúncio de que haveria um grande espetáculo com coisas mágicas e engraçadas encheu-lhe o peito de uma ansiedade enorme, como se aquele evento fosse o único de sua miserável existência que valesse a pena ser vivido. Era como se, indo ao circo, pudesse facilmente suportar outra década de vida de escravo, ou mesmo uma vida inteira de sofrimentos, que valeria a pena porque entremeadada daquela alegria e graça contida na promessa de cores e façanhas que lhe era franqueada, anestesiando-o de seu isolamento monástico por uma vez que fosse.

Primeiro avisou às irmãs de seu intento de ir ao Circo, e nenhuma das duas considerou boa idéia aquilo, não depois do ocorrido com Vera, assanhada com novidades a ponto de se perder da família. A postura delas não surpreendia Alfredo, elas não eram como Vera, pareciam clones da mãe, aquele ser opaco que só sabia mourejar e ralhar, o dia inteiro, lamuriando-se de dores e maldizendo a sorte. Vera fora única, e Alfredo bem sabia que não adiantava buscar a solidariedade das irmãs para aquela sua pequena aventura. Como da mãe nada mais esperava, foi ter diretamente com o pai, que lhe respondeu com outro

“Alfredo dormiu chorando em silêncio, que é o pior choro de se chorar, porque arde a garganta e revolta o coração, e não há remédio que o acalente e nem esperança que o sossegue.”

safanão, dos muitos que dava. Naquela noite, na estréia do circo, Alfredo dormiu chorando em silêncio, que é o pior choro de se chorar, porque arde a garganta e revolta o coração, e não há remédio que o acalente e nem esperança que o sossegue. É um choro que vem da raiva e da revolta, e não de qualquer dor física.

O Circo passou sete dias no vilarejo, e durante aquele tempo seu pai fez a mais absoluta questão de acordá-lo ainda mais cedo, com pancadas ainda mais duras. Colocou-o para fazer ainda mais força na enxada, com um embrutecimento raro, ordenando-lhe tarefas desmedidas e até então inéditas, como se a quebrantar-lhe o assanhamento do circo. De noite, Alfredo estava tão moído de cansaço que seu catre funcionava como um útero materno, da mãe que só teve durante a gestação, e que o embalava para ingressar em um mundo deliciosamente mágico de sonhos, onde não havia pais patrões, bordoadas e mágoas, e só havia o circo, com palhaços, reis e rainhas e castelos que desfilavam pelo picadeiro, bruxos que faziam feitiçarias, e lindas bailarinas que se apaixonavam por ele. No dia seguinte, o acordar amargo, ainda pela madrugada, era um balde de água fria no fulgor de seus devaneios, e toda a tristeza e a miséria do mundo pareciam pendurar-se em seus ombros quando se levantava, como sempre, para ajudar o pai na lida rural.

Era, por fim, o último dia do Circo. Alfredo sabia que o espetáculo que ansiava por assistir era uma janela que se abria, fugaz, para se fechar em seguida, e se não se apressasse, permaneceria preso para sempre em um cotidiano inexpressivo e selvagem, de pobreza e míngua. Era, em suma, agora ou nunca para ele. Tomou coragem e puxou prosa com o pai, lá pelo fim da tarde, já sabedor que a derradeira exibição começaria em poucas horas:

– Eu sei que o senhor já me respondeu, mas carecia de perguntar de novo uma coisa...

Obviamente, o patriarca turrão já sabia do que se tratava, e sequer levantou a vista do milharal em que se debruçava de facão, abraçado a espigas temporãs. E, se não olhou para o filho, muito menos iria respondê-lo.

– O pai também disse que Circo não é coisa de homens, e que tenho que concentrar na lida. Isso eu entendi e obedeco, como sempre obedeci, não é mesmo?

Desta vez o pai olhou para ele, impaciente, trazendo uma braçada de espigas até a carroça puxada a jumento, que era o único ali com o direito de aguardar na sombra de um pé de manga, a única sombra disponível, porque pai e filho mourejavam debaixo de um sol causticante. Olhou para Alfredo, mas novamente nada disse.

– Pois então. – O menino armou o bote. Era agora ou nunca. – Até para dizer que não gosta o sujeito tem que conhecer a coisa, como o senhor sempre diz. Não é isso que o senhor sempre diz?

Era fato. O pai não poderia negá-lo. Sempre dizia que um homem só pode desprezar ou odiar aquilo que conhece. Mas onde é que aquele rapazinho queria chegar com aquela conversa toda?

– Eu só queria conhecer o Circo, ver de perto, mesmo do lado de fora, pra saber a porcaria que é. – o pai o olhou surpreso. Aquele soslaio era tudo que o menino precisava. Ele se animou

e prosseguiu: – Até pra nunca mais ter vontade de ir ao circo, de ir ao cinema, de ter televisão em casa ou de descansar aos domingos. Imagine o pai o sossego que vai ser um filho que faz tudo e não reclama da falta de nada, justamente porque sabe que, afora a lida e o sustento, o resto é pura invenção de malandro que tira a cabeça da gente daquilo que realmente importa. Não é mesmo?

O pai era um homem ruim. Naquele dia, contudo, foi um pouco “menos ruim” do que o seu normal, e achou que Alfredo merecia ver com os próprios olhos aquela ilusão que era o circo. “Se quer ir, vá.” Respondeu, uma vez só. “Só não lhe dou dinheiro para gastar. Vá por sua conta e risco. Depois volte e me conte.” Era o máximo de solicitude a que aquele homem enrijecido pela fome e pelo sofrimento podia chegar. E fora uma senhora vitória do menino.

Quando voltaram para a tapera, o pai foi se banhar de caneca no tanque e Alfredo entrou sem falar nada para ninguém, abriu o baú de suas roupas e pegou uma calça menos surrada e menos rota, uma camisa ainda limpa, aliás, a única camisa limpa que tinha à disposição naquele dia. De chinelos de dedo mesmo, e sem parar para a janta ou para banhar-se, dirigiu-se ao vilarejo com um aperto de emoção na garganta angustiada. A única concessão que fez foi espargir água no covão e fronte, e passar um sabão de coco nas mãos e faces. De resto, foi como podia ir, de um átimo, antes que o pai se arrependesse. Largou as irmãs e a mãe olhando-o, incrédulas.

Nunca antes a estradinha de terra que se antepunha ao vilarejo, à civilização, fora tão iluminada de esperanças e de alegria. Seus pés, naquela noite, não se embutiam em chinelos. Era um príncipe que calçava pantufas de ouro, ou botas de couro de crocodilo. A calça esfarrapada e a camisa maltrapilha formavam um manto atalhado em púrpura, com estrelas que reluziam em uma constelação de efusivos diamantes. Seu chapéu de palha fora deixado pendurado em um prego atrás da porta do barraco, e agora era substituído por uma coroa de ouro e brilhantes, envolvendo-lhe a cabeça à moda dos monarcas, porque naquela noite a felicidade fazia de Alfredo um rei. Era assim que se sentia, e a estradinha foi se alargando, e se alargando, para descortinar uma vila que não era mais uma vila, mas sim um reino encantado com calçadas cravejadas de pedras preciosas, palácios e castelos e belas donzelas que acenavam para ele e o guiavam pelas mãos até o picadeiro do circo, situado em um panteão iluminado por feixes de luzes e cores, dezenas de palhaços fazendo trapalhadas simiescas, bruxos e magos prometendo-lhe a revelação das charadas e mistérios do mundo.

É claro que Alfredo não voltou para casa. Na manhã seguinte, seu pai não teve em quem bater, o solo árido da roça sentiu a falta de mais uma enxada a acariciar-lhe as fendas erodidas. O sol queimou a moleira dos que ficaram, como fazia sempre. A mãe resmungou e, naquele dia, foi fazer companhia para a tia velha que passava os dias sonambúlica e entrevada, armando uma rede ao lado da dela. Deixou a lida para as irmãs mais velhas de Alfredo, e o filho caçula ficou rouco de tanto berrar, até que o próprio pai o acudiu, chorando, e maldizendo a prole que teimava em querer conhecer o mundo.

“Nunca antes a
estradinha de terra
que se antepunha
ao vilarejo,
à civilização,
fora tão iluminada
de esperanças
e de alegria.”



Naufrágios em Ilhabela, o “Triângulo das Bermudas” brasileiro

Matheus Chaves Jardim
Desembargador do TJMG

Dois anos após o naufrágio do Titanic nas águas geladas do Atlântico Norte, registrara-se na costa brasileira acidente marítimo de similares proporções, não se fazendo ecoar na imprensa mundial daquela época, todavia, a real dimensão de tragédia a ceifar a vida de mais de mil pessoas, todas provenientes de Barcelona, da qual zarpara em direção ao Porto de Santos, em 17 de fevereiro de 1916, o paquete espanhol Príncipe das Astúrias.

Medindo 150,8 metros de comprimento, 19,1 m de boca e 9,6 m de caiado, o Príncipe das Astúrias, encomendado ao estaleiro escocês Kingston de Russel & Co, de Port Glasgow, simbolizara o orgulho da navegação catalã, destinando-se a embarcação ao transporte de carga e de passageiros para o Brasil e para a região do Prata, à qual acorria grande número de imigrantes espanhóis. Com capacidade para 1.890 passageiros, compunham a primeira classe do navio, destinada a não mais de 150 viajantes, cabines luxuosamente decoradas, dotadas de sala, quarto e banheiro, além de sauna, salão de jogos e danças, postando-se os ocupantes das classes menos abastadas em alojamentos simples, compostos por mobiliário básico, apto a lhes prover as necessidades para o empreendimento de jornada estimada em 30 dias até o destino final, Buenos Aires.

Ao deixar o porto de Barcelona, em excelentes condições climáticas, consoante relatos de oficial de bordo, o Príncipe das Astúrias efetuara escalas nas cidades de Valência, Málaga e Cádiz, passando ao largo do Estreito de Gibraltar, para, enfim, ganhar a imensidão do Atlântico. Na madrugada de 5 de março, estando a embarcação já bem próxima a Ilhabela, intensa confraternização carnavalesca realizava-se a bordo, mostrando-se sequiosos os foliões pela continuidade dos festejos em terra firme, devidamente ancorados no Porto de Santos no qual deveriam desembarcar por volta das 9 horas.

Surpreendido ante a inesperada aproximação dos rochedos da Ponta do Pirabura, em meio a forte chuva e densa neblina, a reduzirem o poder de visão dos navegadores, tentara o comandante José Lotina empreender desesperada manobra de retrocesso, insuficiente para evitar o choque contra descomunal laje submersa, resultando do impacto a abertura de rasgo de 44 metros do lado direito do casco. A magnitude do estrondo, seguido pelos lancinantes gritos de pavor emitidos pelos passageiros, fizeram-se retumbar por toda a ilha. Em poucos minutos, 477 perderiam a vida, presos aos escombros do navio ou lançados violentamente contra as rochas, restando aos naufragos uma única possibilidade de salvamento, qual seja, o

afastamento para o alto mar, valendo-se de materiais flutuantes desprendidos da embarcação. O depoimento prestado pelo espanhol Alexandro Lopes à Tribuna de Santos, bem exemplifica a desesperante e aflitiva luta pela sobrevivência travada pelos naufragos:

“Estabeleceu-se grande confusão entre tripulantes e passageiros. Não tardou muito para que o vapor começasse a ser levado pelas enormes ondas. Quando vi que estava tudo perdido, não havendo mais esperança de ficar a bordo, tratei dos meios para me salvar. A muito custo ou mesmo por um acaso, consegui apanhar um salva-vidas. Muitos passageiros e tripulantes já tinham se lançado ao mar. Em dado momento, porém, senti que estava ferido. Era o meu adversário que havia me esfaqueado e tentado me matar para se apossar de meu salva-vidas. Vendo a morte diante dos olhos não trepidei. Com um forte soco atirei meu agressor ao mar.”

Rufino Urtiaga, segundo piloto, descrevera ao mesmo periódico o tenebroso cenário atmosférico a pressagiar o infortúnio dos passageiros:

“As descargas elétricas que iluminavam o céu era a única luz a nos guiar.”

Seguiram-se eloquentes relatos de naufragos em sua tentativa obstinada de escaparem à morte, destacando-se dentre estes a narrativa de Ramon Hernandez, cujo filho de três anos de idade lhe fora arrebatado das mãos por violenta onda, tendo se abraçado o passageiro a criança de semelhante constituição física, salvando-a das intempéries das águas, pressupondo estivesse a amparar seu próprio familiar. No mês seguinte, providenciara o naufrago a adoção do menino Juan, por ele salvo da fúria das águas, como forma de minimizar o doloroso espectro de sua felicidade perdida.

Dentre o carregamento transportado pela embarcação notabilizava-se a imponente estátua de San Martin, esculpida em tamanho natural, destinada a compor o monumento originalmente denominado “La Carta Magna y las quatro Regiones Argentinas”, localizado em Buenos Aires no bairro de Palermo, entre as avenidas Libertador e Sarmiento. Irremediavelmente perdido nas águas tormentosas a vergastarem os cachopos da Pirabura, a imagem fora posteriormente substituída por réplica de similares proporções.

“Os percalços conjunturais a permearem toda a tragédia suscitam uma curiosidade instigante: por quais motivos o comandante Molina teria alterado a rota do navio (...)?”

Os percalços conjunturais a permearem toda a tragédia suscitam uma curiosidade instigante: por quais motivos o comandante Molina teria alterado a rota do navio, aproximando-se perigosamente dos rochedos da Ponta do Pirabura, de modo a expor toda a tripulação a inominável risco?

Jeannis Mitchail Platon, em sua extraordinária obra *Ilha Bela e Seus Enigmas* (5ª ed. – São Sebastião-SP: ED. DO AUTOR, 2009), fonte da qual foram hauridos os dados históricos reproduzidos nesta crônica, engendrara a tese pela qual haveriam sido atiradas ao mar nas proximidades da costa mercadorias destinadas ao contrabando, reproduzindo, inclusive, o teor das declarações prestadas ao jornal *Diário da Noite*, no ano de 1956, pelo sobrevivente brasileiro José Martins Viana, para quem o naufrágio fora indubitavelmente criminoso. O avistamento pelos passageiros de pequena embarcação a acompanhar o navio, de forma sorrateira, em sua aproximação a Ilhabela, infunde credibilidade à versão sustentada pelo autor, pela qual mercadorias destinadas ao comércio teriam sido despojadas ao mar.

Todavia, o fatal magnetismo da ilha, derivado de erupção vulcânica ocorrida há milhões de anos, ainda prepondera como a mais provável das razões determinantes da tragédia, inexistindo dúvidas quanto à atração exercida pelos minerais componentes dos rochedos da ilha sobre a agulha das bússolas instaladas nas embarcações. Na dicção de Inácio Malmonge Martin, físico e pesquisador do CNPq,

“o campo magnético das rochas existentes em Ilhabela propiciava o afundamento de navios, porque é, muitas vezes, maior que o da Terra, que orientava a bússola com o valor de ~ 0,3 Gauss. A unidade de medida do campo magnético é o tesla. Um tesla é igual a 10.000 Gaus. Logo, as rochas com valor de 0,1 ou mais Tesla influenciavam as bússolas dos navios” (op. cit. p. 112).

Sejam quais forem as explicações dadas ao fenômeno, o número de embarcações soçobradas por todos os quadrantes da ilha revela-se impressionante.

Na madrugada de 3 de outubro de 1913, registrara-se a inexplicável colisão do rebocador Guarany contra o navio Borborema, nas proximidades do farol da Ponta do Boi, advindo da colisão o perecimento de 30 tripulantes, sendo nove oficiais e 22 marinheiros. Os restos do Guarany repousam desmantelados a uma profundidade de 46 metros defronte à Ponta da Pirabura, bem próximos, portanto, aos destroços do Príncipe das Astúrias.

O Concar, cargueiro de fabricação espanhola, perdera-se na madrugada escura de 29 de outubro de 1959, encalhando misteriosamente na Ponta de Pirassununga, vindo naufragar 22 dias depois, levando consigo carregamento de 1.300 toneladas a ser desembarcado no Porto de Santos. Os restos da embarcação jazem, desmantelados, na praia de Saco Grande, à pequena profundidade de 10m.

Também foram encontrados nas proximidades da Ilha de Búzios, à profundidade de 26m, os destroços do avião de treinamento T6, de propriedade da Força Aérea Brasileira, impiedosamente tragado pelas águas revoltas em 17 de outubro de 1961, após vôo rasante sobre o mar, empreendido pelo piloto Heins Obrecht, tão logo constatada súbita trepidação da aeronave.

Envoltos em mesma aura de mistério há de ser mencionado, ainda, o desaparecimento das embarcações relacionadas no quadro, com as respectivas nacionalidades e datas de afundamento, dados históricos suficientemente hábeis a infundirem perplexidade ao leitor, tamanha a incidência de naufrágios ocorridos na exuberante Ilhabela, arquipélago marítimo localizado na região norte do Estado de São Paulo, ao qual fora conferida sugestiva denominação: o “Triângulo das Bermudas” brasileiro.

Nome da Embarcação	Data do Naufrágio	País
Crest	12.12.1882	Inglaterra
Dart	11.09.1884	Inglaterra
Velasques	16.10.1908	Inglaterra
Hathor	24.03.1909	Inglaterra
Theresina	03.02.1919	Brasil
Aymoré	24.07.1920	Brasil
São Janeco	03.02.1929	Inglaterra
Elihu B. Washburne *	03.07.1943	EUA
Campos Sales *	23.10.1943	Brasil
Ucrânia	23.04.1961	Brasil
Alina P	30.12.1991	Grécia

* Embarcações torpedeadas por submarinos alemães.

Observação: a relação de naufrágios ora retratada é permanentemente exibida no Museu da Fundação Mar, em Ilhabela, não tomando parte da listagem as embarcações encalhadas, cujos destroços podem ser avistados a olho nu.

“A incidência de naufrágios ocorridos na exuberante Ilhabela, arquipélago marítimo localizado na região norte do Estado de São Paulo, ao qual fora conferida sugestiva denominação: o ‘Triângulo das Bermudas’ brasileiro.”



Prelúdio noturno a Aleijadinho

Daniel César Botto Collaço
Juiz de Direito em Uberaba

A luz da lua está se intensificando. É noite lá fora, e estou aqui sentado em meu quarto, tentando esboçar, entre tintas e livros, uma tela que retrate a emoção dos mistérios e da bela arquitetura de Ouro Preto.

As horas passam como o fluir das águas em seu leito. Folheio, com uma sede intensa, a história artística do barroco de Vila Rica. Ainda ouço vozes de pessoas que estão se recolhendo. A escuridão é, definitivamente, rasgada pela seiva do luar.

Sinto a emoção das palavras, escritas nos livros, sorvendo intensamente a minha atenção.

O silêncio domina todos os objetos que me circundam, e uma brisa leve entra pela janela do meu quarto, voltado para a rua Direita.

As cortinas dançam a sinfonia da madrugada; estou me sentindo só! Só diante deste complexo e inexplicável universo onde tudo é cartesiano.

A lua se infiltra em meu quarto, incidindo sobre meu corpo seus raios e dentro desses raios veio a imagem do mestre Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa). Com trajes rústicos de meados de 1700, mostra suas mãos e seus pés, envoltos em ataduras molhadas pelo suor, onde ainda deixavam transparecer resíduos de poeira e pequenos fragmentos de pedra. Pouco se sabe com certeza sobre sua biografia, que permanece até hoje envolta em cerrado véu de lenda e controvérsia. Convidei-o a me acompanhar em um refrescante copo de água, fato este que se repetia todas as vezes que ele voltava de sua laboriosa luta do cinzel com o malhete. Sei que conta com mais de 40 anos de idade, pois foi nesta fase que apareceu a sua doença, a qual o impossibilitava ter movimentos nas mãos e nos pés. Era filho natural de um respeitado mestre de obras e arquiteto português, Manuel Francisco Lisboa, e sua escrava africana, Isabel. Na certidão de batismo consta que Aleijadinho, nascido escravo, fora batizado em 29 de agosto de 1730 em Vila Rica, atual Ouro Preto, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e alforriado por seu próprio pai, com o qual aprendeu desenho de arquitetura e escultura.

Ele fitou-me, como se eu estivesse cometendo uma heresia, ao tentar traçar as linhas das belas montanhas de Ouro Preto, cortadas pelas belas igrejas e casarões coloniais. Para um mestre, um traço desconexo, de quem tinha a higeidez dos movimentos nas mãos, era como se talhasse uma navalhada na tela imprimada, rasgando-a de ponta a ponta.

Conseguia sentir a dor de sua observação silenciosa, pois o mesmo estava com as capacidades motoras grandemente reduzidas. Pedia a um ajudante para amarrar as ferramentas em seus punhos para poder esculpir e entalhar. Demonstra um esforço fora do comum para continuar com sua arte. Mesmo com todas as limitações, continuava trabalhando na construção de igrejas e altares nas cidades de Minas Gerais. Quando jovem, antes da doença degenerativa em suas articulações, suas obras

eram marcadas pelo equilíbrio, harmonia e serenidade. São desta época a Igreja São Francisco de Assis, Igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões, ambas em Ouro Preto.

Achava-o diferente de outras pessoas que conhecia e convivia, pois Antônio era pardo-escuro, tinha voz forte, a fala arrebatada, e o gênio agastado: a estatura era baixa, o corpo cheio e mal configurado, o rosto e a cabeça redondos, e esta volumosa, o cabelo preto e anelado, o pelo da barba cerrado e basto, a testa larga, o nariz regular e algum tanto pontiagudo, os beijos grossos, as orelhas grandes, e o pescoço curto. Nunca havia visto alguém que gostasse de se entreter tanto nas “danças vulgares” e comer bem. Era o que o fazia feliz. Homem calado, diante de sua inquietude artística, amasiou-se com a mulata Narcisa, tendo com ela um filho.

Continuarei traçando riscos em minha tela, enquanto o mesmo bebia a sua água e me observava. O carvão utilizado para a empreitada deixava ao pé do cavalete uma fina camada de poeira negra. Antônio, com toda a sua dificuldade de movimento na mão, pegou um pequeno graveto de amoreira, o qual eu usava para queimar e posteriormente ser transformado em carvão, e traçava símbolos, em uma tela que se encontrava ao lado da minha. Era como se quisesse me indicar sinais de algo muito importante em sua vida. Diversos foram os símbolos, disformes, mas inteligíveis para os ideais que o definiam. Ao primeiro olhar, parecia um aglomerado de minúsculos desenhos entrecruzados com simbologias. Aliás, pensei que o mesmo apenas quisesse passar o tempo, pois a sua angústia interior era imensa em virtude de suas delimitações.

Sentia-se frustrado com sua doença que causava também chagas em seu corpo, sendo que trabalhava na maior parte do tempo, durante a noite, ou quando preciso, durante o dia, debaixo de um toldo. Mas, mesmo com a grave doença, nunca parou de trabalhar, sendo que suas obras sempre eram feitas mediante encomenda, e sempre estava a pedir para Cristo o levar e curar as suas chagas, sendo esses os seus desabafos.

Achava interessante observar, na época, os papéis relevantes das irmandades na vida social de Minas, às quais Aleijadinho se ligou através da Irmandade de São José, que atendia, sobretudo, mulatos e atraía muitos carpinteiros. Eram organizações que patrocinavam as artes, fomentavam o espírito de vida cristã, criavam uma rede de assistência mútua para seus integrantes e se dedicavam ao cuidado dos pobres. Muitas se tornaram riquíssimas e competiam na construção de templos decorados com luxo e requinte, ostentando pinturas, entalhes e estatuária. Também se considera que as irmandades tinham um lado político, atuando na construção de uma consciência social num meio dominado pela elite branca portuguesa. Lembre-se nesse sentido que na época em que Aleijadinho trabalhou Minas esteve em um estado de periódica agitação política e social, fortemente pressionada pela Coroa portuguesa, que desejava

“Nenhum martírio vem por acaso, pensava eu, pois já com a doença, Aleijadinho começa a dar um tom mais expressionista às suas obras de arte.”

sob qualquer custo o ouro das minas, sendo em virtude dessa pressão intolerável a sede da Inconfidência Mineira. É documentado que Aleijadinho tinha contato com um dos inconfidentes, Cláudio Manuel da Costa, mas suas opiniões políticas são desconhecidas.

Aleijadinho trabalhou durante o período de transição do Barroco para o Rococó. O Barroco, surgido na Europa no início do século XVII, foi um estilo de reação contra o classicismo do Renascimento, cujas bases conceituais giravam em torno da simetria, da proporcionalidade e da contenção, racionalidade e equilíbrio formal. Assim, a estética barroca primou pela assimetria, pelo excesso, pela expressividade e pela irregularidade.

O Barroco no Brasil foi, destarte, um estilo movido principalmente pela inspiração religiosa, mas, ao mesmo tempo, de enorme ênfase na sensorialidade e na riqueza dos materiais e formas, num acordo tácito e ambíguo entre glória espiritual e êxtase carnal. Este pacto, quando as condições permitiram, criou monumentos artísticos de enorme complexidade formal e riqueza plástica.

Nenhum martírio vem por acaso, pensava eu, pois já com a doença, Aleijadinho começa a dar um tom mais expressionista às suas obras de arte. É deste período o conjunto de esculturas Os Passos da Paixão e Os Doze Profetas, da Igreja de Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas do Campo. O trabalho artístico, formado por 66 imagens religiosas esculpidas em madeira e 12 feitas de pedra-sabão, é considerado um dos mais importantes e representativos do barroco brasileiro.

E assim a noite foi adentro. Aleijadinho havia acabado de rabiscar a sua tela, com o graveto sujo de pó de carvão. Pude notar que se tratava de uma igreja, com símbolos e inscrições e, ao fundo, as belas montanhas.

Os pássaros já ensaiam os primeiros acordes da cantata matutina o sol já envolve com seus raios a abóbada celeste apagando estrela por estrela, como se fossem pequenos luzeiros. Respiro fundo e sinto o orvalho da aurora.

O mestre Aleijadinho continua ao meu lado, observando a sua tela, enquanto um sono profundo se abate sobre mim. Acordo, incomodado com o barulho dos veículos que trafegam na subida da rua Direita, deitado sobre dezenas de livros de história. Olho pela janela e vejo que voltei à realidade, estou em 2012. Uma aflição se abate em minha alma. Será que tudo não passou de um sonho? As lágrimas ameaçam correr pelos meus

“Não podia ser verdade o que eu estava presenciando. Mas dentro de mim uma pergunta ficava no ar: E Aleijadinho, onde está?”

olhos e viro-me para o interior do quarto. O susto se faz presente: dois copos de água sobre a mesa. Assustei-me, ainda mais, quando vi o meu cavalete, sustentando uma tela com os riscos que fazia, enquanto mostrava para Aleijadinho, e, ao lado da minha, outra tela, riscada com a fachada maravilhosa de uma Igreja, com traços peculiares e simbologias por mim conhecidas.

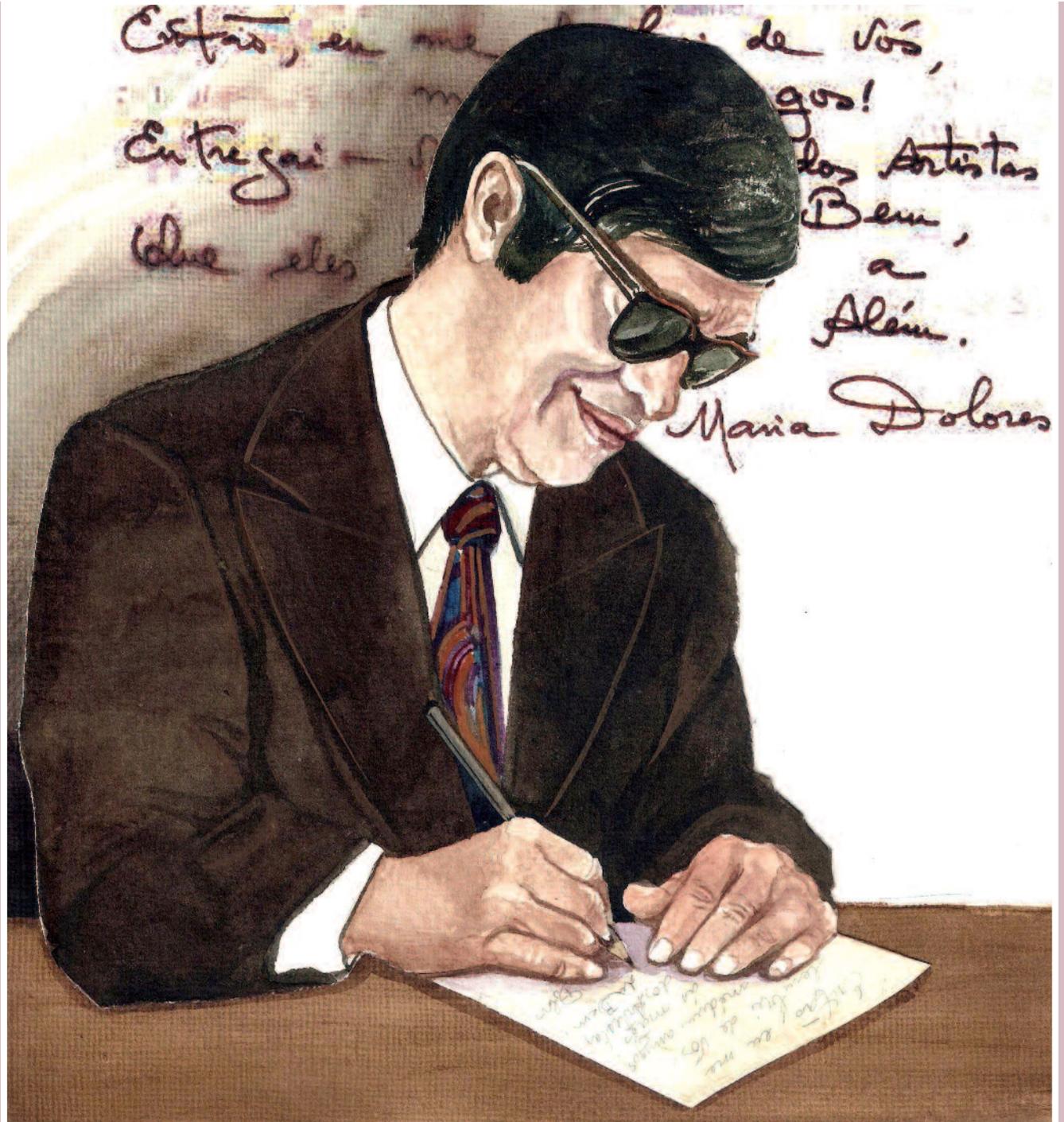
Não perdi tempo e logo identifiquei a igreja, subi correndo a rua Direita, ainda vestindo minha camisa amarrotada, com a tela na mão e fui direto para a Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, e eis que estava lá, maravilhosa, com todos os traços e detalhes, rabiscados pelo mestre Aleijadinho. Não podia ser verdade o que eu estava presenciando. Mas dentro de mim uma pergunta ficava no ar: E Aleijadinho, onde está? Ainda na frente da igreja, admirando a sua beleza artística e arquitetônica, confrontando com a tela riscada, estendi os meus olhos e pude ver no horizonte uma resposta Divina. Cravada na montanha, a pedra de Itacolomi, conhecida como o farol dos bandeirantes, a qual certamente apontava para onde Aleijadinho tinha ido. Ao encontro de Cristo, o qual curou as suas chagas.

Morreu pobre, doente e abandonado na cidade de Ouro Preto.

Atualmente, Aleijadinho é considerado o maior artista plástico do barroco brasileiro. O nosso Michelangelo.

Referências Bibliográficas

- Chartier, Charles. Apresentação: Ceci n'est pas une biographie IN Grammont, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Record, 2008. pp. 13-15
- Martins, Judite. *Apontamentos para a bibliografia referente a Antônio Francisco Lisboa*. IN *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1939. N.º 3, p. 179
- Bretas, Rodrigo José Ferreira. *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho*. Disponível no site Starnews 2001.
- Rocha, Vânia Leite. Iepha/MG apresenta: *O Retrato Oficial de "Aleijadinho"*. Instituto do Patrimônio Histórico de Minas Gerais, 08.10.09
- Prado, Adriana. *O mistério de Aleijadinho*. IN *IstoÉ online*, Edição 2035, 5 de Nov. Atualizado em 02.Jul.10.



Ele

José Fernandes Filho

Desembargador do TJMG, aposentado

Antes do Natal, o mistério; a transpassar-me, até a medula. Sem rumo e prumo, retornei às atividades, interrompidas pela cunha radical. Mergulho no trabalho, terapia para a alma, sustento à vida.

Conforto dos amigos, numerosos. Silêncio e cumplicidade dos confidentes, pastoreio à ovelha desgarrada. Notícia do menino? Nenhuma. Procurado por toda parte, permanece em ignorado esconderijo. Estado de espírito subvertido, às avessas, de conflitos e inquições.

Chega um cartão. De reencontro, aperto de mãos quentes. Alguém oferece a oportunidade buscada, revivida. Um bilhete, singelo, anúncio de mensagem. Letra uniforme, harmonia de quem está pacificado. Sigo para Uberaba; espiritualidade, esperança. Na construção em andamento, vários salões sucessivos. Obra a meio caminho, forte cheiro de cimento, areia e cal. Para passar de um salão a outro, peças de madeira serrada. Sobre o alicerce, serviam de ponte e caminho. Chego ao último espaço. Ele já me esperava, sentado à cabeceira de pequena mesa. Cumprimento-o, com respeito, sem esconder minha incredulidade. "Só há um Deus, meu filho, mas vários caminhos levam a ele," retrucou, serenidade a sorrir.

Convidou-me para assentar; cadeira tosca, tudo simples, local despojado. Rezamos juntos, a seu pedido. Podemos começar, perguntou. Ao assentimento, concentrou-se, olhos fechados, mão esquerda na frente. Na outra, o lápis a deslizar sobre brancas folhas de papel, movimentadas por adolescente modesto, à sua direita. Mudança de partitura para o maestro que regia sem ver seus músicos? Batuta? O lápis, na mão direita.

De paletó e gravata eu – falso sinal de autoridade – temperatura elevada, desconforto, enquanto folhas brancas guardavam segredos. De vez em quando, sinais de cansaço: suspirava fundo, registro interrompido. Retomava-o em seguida, sem gestos bruscos, mansidão de pombos. Espaço de espiritualidade, mesmo ao calor de verão e cheiro de reboco fresco no piso e nas paredes. Novidade: forte aroma de rosas, de muitas rosas. Precipitada conclusão, à renitente incredulidade, que me dominava: perfume usado pela Delegada de Ensino, a meu lado, elegância e bom gosto, certamente produto francês. Estoico, entregue ao ofício, ele prosseguia, manso, indiferente ao perfume das rosas.

Duas longas horas de exaustivo esforço; de minha parte, incontida ansiedade. Ele, pacificado; eu, desejoso de conhecer o texto e suas esperadas revelações. Folhas conferidas, revistas. Mais de sessenta. Ao entregá-las, falou-me com dignidade: confira a assinatura, se puder; às vezes consigo intensa identificação, a permitir-me grafar a assinatura com fidelidade.

Saímos pelos mesmos salões por onde entramos. Madeira serrada, sobre o alicerce, apoio para a volta. Forte cheiro de massa fresca, nas paredes e nos pisos.

Antes de despedir-me, na porta, pedi à acompanhante que me esperasse no carro. Desconfiado, queria apurar se, longe

dela, sentiria a fragrância de rosas ou o rico perfume francês. Sozinho com ele, disparei, desconfiança e preconceito: onde é o seu jardim, de rosas e outras flores? Confessei-lhe o que sentira no salão desguarnecido. Sorriso de criança, respondeu-me: "Filho, não tenho jardim, não cultivo rosas. Meu tempo é dedicado ao próximo. O perfume exalado era da irmã Sheila, que o senhor não viu e não vê, mas que está aqui, a seu lado". Não aguentei. Choro convulsivo, lágrimas, emoção, muita. Acrescentou, ainda, que no salão, a seu lado, estivera um sacerdote austero, alto, batina preta.

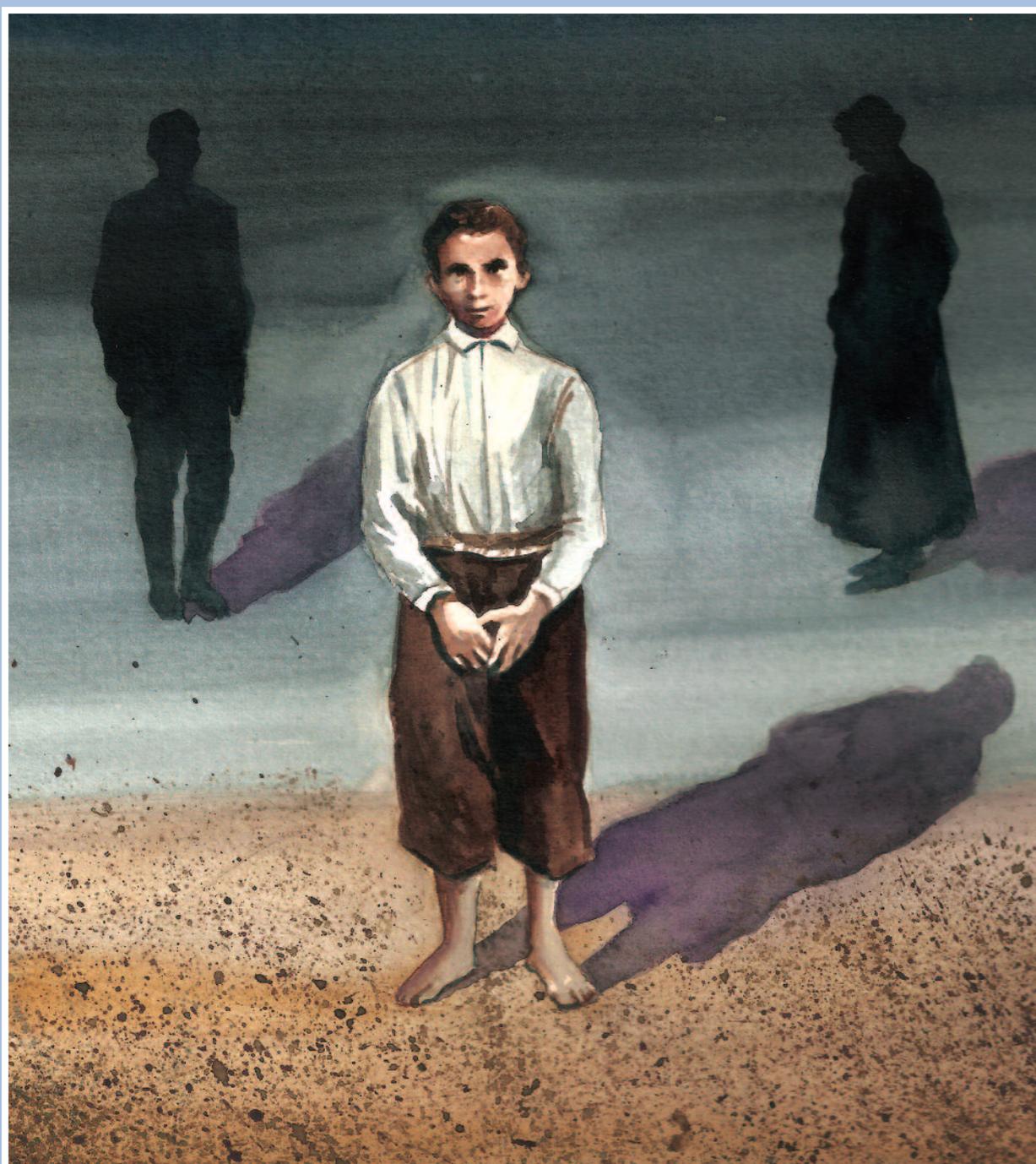
Sugestão ou não, ele me enredou, convincente. Despedi-me, agradecido, com a mensagem nas mãos. No carro, pedi permissão à acompanhante para sentir o perfume que usava. Não tinha cheiro de rosas. Ainda desconfiado, fui até sua casa, pois queria ver o frasco. Presente o marido, abriu o pequeno recipiente de vidro: rosas não passaram por ali.

Relíquia na pasta, voltei a Belo Horizonte. Li, reiteradas vezes, o que ele escrevera, ortografia de um século atrás. Ausência de grandes novidades, referências à missão que me caberia, certeza de que meu filho, em plano de transição, estaria amparado, na companhia de parentes e amigos que o precederam. Ao final do texto, a identificar seu autor, nome ou assinatura de Padre Domingos José Bento Salgado. De virtudes e austeridade, sacerdote alto, batina preta, primeiro vigário de minha terra, Bambuí. Seu nome fora dado à rua, gravado na casa em que nasci e vivi, ao lado da igreja. Outra descoberta, doce, misteriosa: as rosas me acompanharam; senti-lhes o perfume no sítio, entre laranjeiras, ou perto da pequena capela. Olfato aguçado revelou-as em diversas ocasiões. Amor à verdade, não fui sugestionado ou induzido. No local não há roseiras. À semelhança do vento, o perfume veio e passou, espontâneo, natural.

Que dizer do homem puro que me acolheu, naquele salão cheirando à massa usada nas construções? Figura impressionante, descarnada, olhos introjetados. Mansidão, simplicidade. Voz e gestos de respeito e ternura. Humildade. Santidade? Ser espiritualizado, dele não me esqueço, nem dos livros, vários, que me mandou, com o convite para visitá-lo.

Guardo, avidamente, a mensagem. Envelhecido, o papel amarelou. Sofrida, arrancada, extraída, a letra resiste aos trinta e mais anos, apesar da precariedade de um lápis comum.

Não foi duradoura minha experiência com ele: pouco mais de duas horas. Bastante, porém, para intrigar-me, força telúrica de presença irradiante. Um iluminado, Chico Xavier.



Família e criança no Brasil República

Bruno Terra Dias

Juiz de Direito e Presidente da Amagis

O tema da família e da criança na República suscita considerações que estão para muito além do direito, alcançando diversas áreas, cujo conhecimento parece útil à compreensão do tipo de sociedade que formamos. Nesse sentido, um panorama histórico talvez auxilie o descortino do estado atual de desenvolvimento das relações familiares e sua influência no destino de nossas crianças. O que se fez a crianças e famílias, em termos de assistência privada e governamental no Império, constituiu a base da atuação nos primeiros anos da vida republicana.

Assistência social na virada para o século XX

A assistência social oficial desenvolvida no século XIX foi apontada como caritativa, desvestida de cientificidade, angariando críticas generalizadas das melhores mentes do período. Pouco mais que confiar crianças abandonadas, ou adolescentes já iniciados na vida de crimes, à chefia de polícia, ou a instituições asilares e colônias agrícolas, foi a herança recebida pela República, em matéria de assistência social. Não se pode propriamente cogitar ter havido políticas públicas verdadeiras em favor das crianças e das famílias, especialmente as de origem pobre, até o fim da ditadura Vargas. Um legado infame do Impérioⁱ:

Com a instauração do regime republicano no país, os debates e as práticas assistenciais dirigidas à infância desvalida assumiram novas configurações? A resposta não é tão simples. O teor das discussões e os modelos institucionais não foram criações deste período, na medida em que diversos segmentos da intelectualidade urbana do Brasil imperial se envolveram com o tema da educação das crianças desvalidas, dos filhos das escravas e mesmo dos índios. Instituições de caráter educacional e/ou assistencial surgiram de norte a sul do país, ao longo do século XIX, como as Casas/Institutos de Educandos Artífices, as colônias agrícolas, o Asilo para Meninos Desvalidos no Rio de Janeiro, os recolhimentos e asilos para meninas e meninos órfãos/desvalidos, entre outras iniciativas.

No alvorecer da República, a família não estava entre as preocupações maiores da ação governamental, no Brasil ou na América Latina. Somente a partir da década de 1930, com a visão voltada à reprodução das condições de favorecimento de formação de contingente de mão de obra a serviço de um capitalismo incipiente, se passou a desenvolver o escasso trabalho social com a família. Evidente que a família não era o foco da ação, mas o desenvolvimento de atividades econômicasⁱⁱ.

Apenas no segundo pós-guerra, em São Paulo, através da Lei Estadual 560/49, com a criação do Serviço de Colocação Familiar, “que destinava subsídio financeiro às famílias de crianças carentes ou às famílias substitutas”, posteriormente substituído pelo Instituto de Assuntos da Família (Lei Estadual 4.467/84), começa o trabalho de efetiva atenção à famíliaⁱⁱⁱ.

A família brasileira na República

A família brasileira existe em múltiplos moldes, não apenas a idealização europeia típica que herdamos de Portugal, mas numa variedade de formações normalmente não pensadas pela pessoa comum, que não se apercebe da realidade muito maior do meio em que vive, como se estivesse adestrado a somente reconhecer certo modelo apregoado no curso de sua educação, ignorando ou taxando de anormalidade tudo quanto seja diverso do que subliminarmente lhe é posto e que inconscientemente assume como verdade pessoal indiscutível.

Traçando um interessante corte no tema, Gislene Neder e Gisálio Cerqueira Filho^{iv}, discorrem:

Trabalhamos o mapeamento das concepções hegemônicas sobre família na formação histórica brasileira, com destaque para aquelas ligadas à cultura ocidental: de um lado, localizamos o polo de produção fundado na cultura ibérica de orientação católico-romana e, de outro, as atualizações históricas formuladas no bojo do processo de passagem à modernidade burguesa. Ambos os acentos aqui referidos encaminham processos de disciplinamento social e sexual, enquanto expressões específicas, antagônicas e complementares.

Se é verdade que se pode traçar uma ideia de família brasileira a partir das classes dominantes, e neste aspecto teríamos a considerar como brasileira somente a família que se adequasse aos moldes de uma elite beneficiária do regime instalado, não se pode negligenciar o fato de que a população brasileira se formou e se forma a partir da reunião de pessoas provenientes das mais diversas partes do globo, cada qual com sua cultura, o que significa múltiplos modelos de família. A pluralidade, que deve ser reconhecida e não pode ser ignorada ou simplesmente taxada de anormalidade, merece tolerância, dentro dos limites que a todos se estabeleçam nas regras gerais e abstratas de direito impostas à coletividade.

Tudo isso demanda a superação dos preconceitos, de quaisquer ordens, tais como de classe social, de cunho racial ou étnico. Reconhecer, respeitar e tolerar a diversidade, dentro das

“Com o advento da República, novos tempos no campo político e a afirmação de uma nova fonte de poder não refrearam práticas sociais e preconceitos há muito estabelecidos.”

múltiplas possibilidades agasalhadas pela ordem vigente, é exercício de civilidade e cidadania que se impõe a todos, permitindo que uma evolução se processe sem exclusões e afastamentos explicáveis tão somente pela sede de afirmação de uma possível superioridade de uma classe ou grupo sobre os demais.

Novamente, vem a talhe o pensamento de Gislene Neder e Gisálio Cerqueira Filho^v:

As políticas públicas para as áreas de assistência social e educação têm operado sem levar em conta as diferenças étnico-culturais: as “famílias-padrão” (quer se tome por base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem ibérica, quer então o modelo higienista e moralista da família burguesa de inspiração cientificista, introduzido no país a partir do processo de urbanização/industrialização nos primeiros anos do século XX) convivem no acontecer social com outras famílias, até há algum tempo bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas etc.). O que nos leva a enfatizar várias formas de organização das famílias no Brasil, tal como André Burguière e François Lebrun se referem às “mil e uma famílias da Europa”, ao trabalharem a enorme diversidade presente no continente europeu, a tal ponto que não se pode fazer, na ótica desses autores, um estudo de caráter geral para o tema.

A partir do entendimento da inexistência de um modelo familiar a ser a todos imposto, devemos admitir a pluralidade, com ela conviver e permitir que evolua conforme as necessidades de cada tempo e de cada grupo formador da imensa coletividade chamada Brasil. Não há de se reproduzir, necessariamente, o modelo ibérico, nitidamente patriarcal, como, aliás, não acontece em grande parte das famílias brasileiras, em que um número cada vez maior de mulheres assume o papel de provedor das necessidades morais, religiosas e materiais do grupo que forma com sua descendência.

Com o advento da República, novos tempos no campo político e a afirmação de uma nova fonte de poder não refrearam práticas sociais e preconceitos há muito estabelecidos. Houve, sobretudo, a valorização de um modelo familiar compatível com as pretensões positivistas dos novos donos do poder e a continuidade da exclusão do que parecesse diverso, especialmente a situação dos ex-escravos, cuja “inferioridade biológica” (afirmação comum à expressão de teses racistas de superioridade de um grupo sobre outro) os condenaria, em tese, à inaptidão para a civilização.

No seguimento da vida republicana, o Estado Novo não se mostrou sensível à realidade múltipla da formação da sociedade brasileira, pretendendo tudo adequar a um modelo, mesmo no campo familiar, estabelecido como ideal para o desenvolvimento nacional. Novamente, vem a talhe transcrever Gislene Neder e Gisálio Cerqueira Filho^{vi}:

No período do Estado Novo, esboçaram-se as incursões do Estado no que se refere à realização de políticas públicas na área da família e da educação. Ênfase especial passou a ser dada à ideia de “família regular”, “saudável”, suportada na eugenia, com desdobramento no racismo assimilacionista, que, por sua vez, apostava no branqueamento da sociedade brasileira.

Mais recentemente, a preocupação inclusiva, especialmente das populações afrodescendentes (essa população tão sofrida e injustiçada historicamente neste país e em tantos outros), permitiu alguma mudança e acena com novos ares. Mas muito ainda há por fazer pelo respeito à diversidade e o afastamento de estigmas excludentes da maioria da população brasileira, que nasce, se cria e morre em meio a modelos familiares frequentemente taxados de irregulares. Irregular, para a consideração de uma família, será apenas aquela (patriarcal, matriarcal, patrilinear, matrilinear, bilateral, monoparental) incapaz de prover aos seus o quanto necessário para desenvolver-se e ser feliz.

A criança brasileira na República

No alvorecer da República, o tratamento dispensado às crianças, sobremaneira àquelas desafortunadas, que orientação não encontravam no lar ou por parte dos órgãos públicos, foi o de autêntico caso de polícia. A impropriedade do pensamento então vigorante é hoje de fácil reconhecimento.

O Código Penal de 1890, por tantos considerado o pior já editado em todos os tempos (em contexto mundial), dadas suas notórias imperfeições, e que vigorou até o advento do Código Penal de 1940, considerava imputáveis os maiores de 14 anos, mas também admitia imputabilidade ao maior de nove e menor de 14 anos que se conduzisse na senda do crime “com discernimento”. Absolutamente inimputáveis somente os menores de nove anos de idade!!!

A respeito da legislação criminal de época, discorrem Marcos César Alvares, Fernando Salla e Luis Antônio F. Souza^{vii}:

O Código de 1890 previa a pena de prisão celular para a quase totalidade dos crimes. Juntamente com esta modalidade de encarceramento, estabelecia ainda três outras, porém de uso muito restrito: a reclusão, a prisão com trabalho obrigatório e a prisão disciplinar. De acordo com o artigo 47 do Código, a pena de reclusão deveria ser cumprida “em fortalezas, praças de guerra, ou estabelecimentos militares”. Sua aplicação era prevista para os crimes políticos, para os que atentavam contra a Constituição política da República, contra o funcionamento dos poderes, ou ainda para aqueles que promoviam uma conspiração. A pena de prisão com trabalho seria cumprida “em penitenciárias agrícolas para esse fim destinadas, ou em presídios militares”. Estava prevista para poucas circunstâncias, dentre elas a de “mendigar, fingindo enfermidade” (art. 393). E a prisão disciplinar que, segundo o artigo 49, deveria ser cumprida em “estabelecimentos industriais especiais, onde serão recolhidos os menores até a idade de 21 anos”. O alvo desta pena eram os maiores de 14 e menores de 21 anos que eram considerados vadios (art.399).

Embora já existentes instituições privadas dedicadas ao recolhimento de crianças ditas infratoras, mormente por iniciativa de entidades religiosas, em 1902 surge a Lei 844, do Estado de São Paulo, autorizando a criação de um instituto disciplinar para infratores menores de vinte e um anos de idade, sobre o que leciona Marco Antônio Cabral dos Santos^{viii}:

[...] A Colônia Correccional destinava-se ao enclausuramento e correção, pelo trabalho, “dos vadios e vagabundos” condenados com base nos artigos 375, 399 e 400 do Código Penal, e o Instituto Disciplinar destinar-se-ia não só a todos os criminosos menores de 21 anos, como também aos “pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados, maiores de nove e menores de 14 anos” que lá deveriam ficar até completarem 21 anos.

O ingresso dos jovens no Instituto Disciplinar dava-se sempre por sentença do juiz de Direito, que determinava o tempo de permanência dos sentenciados.

Em 1921, pela primeira vez uma lei federal trata da assistência à infância. A Lei 4.242/21 criou o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente, determinou a fundação da Escola 15 de Novembro e a instalação de um juízo

de direito “privativo de menores”. O educandário teria, por determinação legal, a finalidade de facultar às crianças e adolescentes, nas condições de tutela do serviço de assistência e proteção, “modesta educação literária e completa educação profissional”.

Em 1923, no Rio de Janeiro, e 1924, em São Paulo, foram instalados os primeiros juízos privativos, cuja atuação consistia basicamente na internação das crianças e adolescentes havidos como “abandonados” ou “delinquentes”. Basicamente, tratava-se de legislação discriminatória e excludente, que identificava como “abandonados” os “menores” de origem pobre, tal como afirma Irma Rizzini^{ix}:

A definição de abandono no regulamento da assistência (Decreto nº. 16.272, de 1923) era extensa e encobria, na verdade, uma tentativa de regulamentar a educação dos filhos das famílias pobres, já que se referia basicamente a situações vividas por crianças das camadas populares, tais como: não ter habitação certa; não contar com meios de subsistência; estar empregado em ocupações proibidas ou contrárias à moral e aos bons costumes; vagar pelas ruas ou mendigar etc..

As mais diversas instituições criadas a partir de então destinavam-se a dar suporte ao entendimento vigente de internação de “menores” em situação de abandono e delinquência. Uma sucessão de erros grosseiros na ação governamental destruiu vidas sem fim no Serviço de Assistência a Menores, conhecido pela sigla SAM, denunciado por seu próprio diretor nos anos de 1954 a 1956, Paulo Nogueira Filho, na obra ‘Sangue, Corrupção e Vergonha’. O SAM, segundo o entendimento da população destinatária dos seus serviços, era também conhecido como “Sem Amor ao Menor”.

Crianças e adolescentes, na Primeira República, na inspiração do Código de Menores de 1927, sob a ditadura Vargas, na visão das diversas instituições supostamente assistenciais criadas, e sob o Código de Menores de 1979, não eram tratados como prioridade pelo Estado, mas como problemas sociais com resolução policial. Assim prevaleceu até a Constituição de 1988.

“Uma sucessão de erros grosseiros na ação governamental destruiu vidas sem fim.”

A criança e a Constituição de 1988

Indigente esta nação, tantos séculos negligenciando suas crianças, como se fosse feita apenas para adultos, como se adultos jamais tivessem infância. Triste a infância vivida sob o estigma do abandono e da “situação irregular”, empurrada para instituições.

Felizmente, em 1988, nova realidade se descortinou, ainda que tardiamente, com a superação de velhos preconceitos e a emergência de uma melhor compreensão da existência e das necessidades do mundo das crianças (agora tratadas com a distinção entre crianças e adolescentes).

Pela primeira vez, projeta-se a criança como opção preferencial. Busca-se, na nova ordem constitucional, afastar o estigma do caso de polícia e tem-se a impressão de que algo de proveitoso se pode fazer com um conhecimento de causa que ultrapassa o habitual “achismo” dos agentes da segurança pública, que teimavam (e ainda há saudosistas de tal proceder) em combater a vítima (a criança com todo o histórico de abandono e descaso de cinco séculos) sem atentar para o imenso débito social acumulado e sem se preocupar com o núcleo familiar que a gerou.

Pais e filhos

Nesta grande família brasileira malformada vemos as figuras dos pais e dos filhos desconhecem-se, como se a sociedade existisse apenas para adultos e não também para crianças. Vemos igualmente os pais desconhecem sua importância na história de vida, na formação dos seus filhos.

Antes de tudo, porém, convém estabelecer se paternidade e maternidade são conceitos puramente biológicos ou se são conceitos que podem ser estabelecidos socialmente.

Rodrigo da Cunha Pereira², conhecido pelo seu trabalho interdisciplinar, fundando uma visão psicanalítica do direito, e em especial do direito de família, adverte:

Por mais que as leis jurídicas queiram trazer garantias da paternidade através dos registros cartoriais, de investigações de paternidade etc., por mais que seja importante para o filho saber sua origem genética, não há como assegurar, pela via apenas jurídica, a verdadeira paternidade. Esta, como já dito, é muito mais da ordem da cultura que propriamente da biologia ou genética. “A paternidade não é apenas um ‘dado’: a paternidade se faz”, já disse o grande jurista contemporâneo, Luis Edson Fachin em seu trabalho “A tríplice paternidade dos filhos imaginários”.

Em outras palavras, é o que se aprende da teoria psicanalítica, ou seja, paternidade só existe se for exercida. É uma função. E é o “lugar do pai”, isto é, a função paterna, para além do genitor e do nome, que poderá oferecer, e que dará ao filho, biológico ou não, um lugar de sujeito.

Tal posição vem suficientemente sustentada na teoria psicanalítica. Efetivamente, disserta Lacan³:

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção do rito e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, preside esta organização das emoções segundo tipos condicionados pelo meio ambiente, que é a base dos sentimentos, segundo Shand; mais amplamente, ela transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência.

É a família, tal como a criança descobrirá, que vai atuar nos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, não importando se os laços estabelecidos são genéticos ou sociais. A paternidade e a maternidade revelam-se instâncias culturais que dominam as naturais, atuando na formação moral da criança.

Cientes ou não, os pais têm participação fundamental na estruturação psicológica do filho. Tal a importância da percepção das funções materna e paterna para o filho, que esta ficará impressa indelevelmente no adulto em que se transformará; a sensibilidade e a humanidade, a frieza ou a crueldade, tudo marcará a criança nas relações familiares e afetará sua compreensão do mundo.

Dívida a resgatar

Os cuidados da República com nossas crianças e nossas múltiplas famílias não foram, na maior parte, muito melhores do que ocorreu em períodos anteriores. Quase nula de atenções, salvo para destinar aos desfavorecidos e excluídos das benesses da civilização a preparação para um futuro de privações (colônias correcionais, institutos agrícolas e escolas de formação de boas empregadas domésticas), nossa República não cuidou de formar cidadania ou de favorecer a reconstrução familiar em bases superiores às vigentes no Império.

Um século quase integralmente dominado pela incerteza política, por golpes de Estado, pelos chamados presidentes fortes, ditadores, não olharia, como seria necessário, para fenômenos tais como a degradação das famílias. A intensa

“Triste a infância vivida sob o estigma do abandono e da ‘situação irregular’, empurrada para instituições.”

migração do campo para a cidade, deixando, em 40 anos, de ser uma sociedade camponesa para tornar-se cidadina, não fez do Brasil um país melhor para os próprios brasileiros.

A redemocratização, ao fim do século XX, permitiu desnudar toda desolação herdada por tantos anos de orientação voltada à extração das riquezas minerais e à exploração do potencial agrícola, mas sem percepção do que acontecia nas casas e nas ruas das nossas cidades. Cumpre-nos resgatar a imensa dívida social existente, não com a criminalização da condição do desafortunado ou a exclusão das famílias que ocupam as periferias e os aglomerados urbanos, mas incluindo todos no projeto de Nação.

Referências bibliográficas

- ⁱ RIZZINI, Irma. *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas*, in *A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, Irene Rizzini, Francisco Pilotti, organizadores, 2ª edição revista, São Paulo: Cortez, 2009, p. 225 e segs.
- ⁱⁱ Rosamélia Ferreira Guimarães, Silvana Cavichioli Gomes Almeida. *Reflexões sobre o trabalho social com famílias*, in *Família: redes, laços e políticas públicas*, Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller Vitale, organizadoras, 3ª edição, São Paulo: Cortez, p. 127 e segs.
- ⁱⁱⁱ Luci Junqueira, Nelson Guimarães Proença. *Políticas públicas de atenção à família*, in *Família: redes, laços e políticas públicas*, Ana Rojas Acosta, Maria Amalia Faller Vitale, organizadoras, 3ª edição, São Paulo: Cortez, p. 217 e segs.
- ^{iv} *Família, Poder e Controle Social: concepções sobre a família no Brasil na passagem à modernidade*, in *Idéias Jurídicas e Autoridade na Família*, Gislene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 09.
- ^v *Id. Ibid.*, p. 10.
- ^{vi} *Id. Ibid.* p. 16.
- ^{vii} *A Sociedade e a Lei: O Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República*, <http://www.nevusp.org/downloads/down113.pdf>, acesso em 06 de março de 2008.
- ^{viii} *Criança e Criminalidade no Início do Século*, in *História das crianças no Brasil*, Mary Del Priore: organizadora, 6ª edição, São Paulo: Contexto, 2007, p. 224
- ^{ix} *Op. cit.* P. 244.
- ^x *Pai, por que me abandonaste?*, in *Direito de Família e Psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*, Giselle Câmara Groeninga e Rodrigo da Cunha Pereira: coordenadores, Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 227.
- ^{xi} *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Tradução de Marco Antônio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silveira Júnior. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 13.

“Cumpre-nos resgatar a imensa dívida social existente, não com a criminalização da condição do desafortunado ou a exclusão das famílias que ocupam as periferias e os aglomerados urbanos, mas incluindo todos no projeto de Nação.”



Síntese histórica do Tribunal de Justiça

Lúcio Urbano Silva Martins

Desembargador do TJMG, aposentado

Antes que desapareçam no curso do tempo, mister se alinhem, em trabalho escrito, fatos relevantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ainda que em síntese.

O único motivo do trabalho ditou-o profundo amor pela instituição, na qual trabalhei desde agosto de 1954, inicialmente como modestíssimo servidor e, mais tarde, como membro da Corte.

O livro viu-se lançado em 16 de janeiro de 2012, na comemoração do Centenário do suntuoso prédio do Tribunal de Justiça, por especial obséquio do presidente Cláudio Costa.

Tão logo começo, meto à calva imorredouro pensamento latino: *"Feci quod potui, faciant meliora potens"* (Fiz o que pude, façam melhor os que puderem).

Relação, Apelação, Justiça

O Judiciário Mineiro vem de 1711, com a criação das primeiras Comarcas: Vila do Ribeiro do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Rio das Mortes (São João del-Rei), Vila Real de Nossa Senhora do Carmo (Sabará); mais tarde, em 1720, Serro Frio. Em 1872, contava Minas com 47 comarcas e alguns termos.

No período, submetidos à jurisdição de São Paulo, passando ao Rio de Janeiro, em 1757.

Em 06 de agosto de 1873, criou-se o Tribunal da Relação das Minas Gerais, instalado em 1874, na então Capital Vila Rica (Ouro Preto), sendo o primeiro presidente o desembargador Luiz Gonzaga de Brito Guerra.

Veio para a nova capital (Belo Horizonte), em 5 de agosto de 1897, instalado provisoriamente na Secretaria de Educação e do Interior, mais tarde no atual Instituto de Educação, para finalmente transferir-se em definitivo para Av. Afonso Pena, 1420, em 16 de janeiro de 1912, cujo prédio se denomina "Desembargador Rodrigues Campos".

Com a Constituição de 1934, o Tribunal recebeu o nome de "Corte de Apelação", denominado pela Carta de 1946 Tribunal de Justiça.

57 anos de sedes provisórias

Em janeiro de 1958, transferido provisoriamente para o edifício do Banco de Crédito Real (Rua Espírito Santo, 9º andar), para proceder-se à reforma do Palácio, voltando em 1964.

O prédio é tombado, por iniciativa do desembargador Antônio Pedro Braga.

O Palácio da Justiça abrigava também a primeira instância que dele se apartou com a edificação de prédio próprio (Rua Goiás), por iniciativa do conspícuo governador Milton Campos, denominado "Fórum Lafaiete", justa homenagem rendida ao brilhante jurista mineiro Conselheiro Lafaiete, civilista de elevado conceito. Mais tarde, transferido para o prédio atual (Av. Augusto de Lima), em 18 de julho de 1980.

É de observar-se que, criada a comarca de Belo Horizonte em 1897, somente em 1954 ganhou prédio próprio, vale dizer 57 anos depois.

O antigo prédio da Rua Goiás transformou-se em Secretaria do Tribunal, por iniciativa do presidente Régulo da Cunha Peixoto.

Em 1994, inaugurou-se o Anexo II (Rua Goiás), denominado "Edifício Edésio Fernandes", iniciativa do presidente José Fernandes Filho.

Em 31 de maio de 1965, criou-se o Tribunal de Alçada, extinto em 2005, incorporado ao Tribunal de Justiça.

Já em 2008, criou-se a Unidade da Avenida Raja Gabaglia, dado o nome do desembargador Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, idealizador.

Em 1949, criou-se a Corregedoria de Justiça, instalada na Rua Goiás, mais tarde transferida para o "Fórum Lafaiete", sendo o desembargador Walfrido Andrade o primeiro corregedor. Até hoje, foram 33 corregedores.

Inovações institucionais

Em 1950, por iniciativa do presidente Nísio Batista de Oliveira, iniciou-se a edição da Revista "Jurisprudência Mineira".

À bem formada e prestante biblioteca deu-se o nome do desembargador Amílcar de Castro, glória da Magistratura de Minas, jurista e mestre do direito.

Em 1976, criou-se a "Escola Judicial Des. Edésio Fernandes" (EJEF), com o sadio e maiúsculo propósito de formação inicial de juizes e também a permanente, bem como de servidores, ministrando aulas teóricas e práticas. Até o momento, por ela passaram 1.276 magistrados.

Em 1985, o presidente Hélio Armond Werneck Côrtes criou o Serviço de "Relações Sociais", mais adiante Ascom (Assessoria de Comunicação) e também o cerimonial.

Em 09 de novembro de 1988, o presidente José Arthur de Carvalho Pereira criou a "Memória do Judiciário" (Mejud), ao fito expressivo de conservar a "História da Casa", nomeado Superintendente o insigne desembargador Antônio Pedro Braga, sucedido pelo desembargador Walter Veado e, finalmente, o

“Ponto alto da história se divisa na criação do Serviço de Informatização (Siscom) em 03 de fevereiro de 1983, primeiro e decisivo passo para a ‘era da informatização’.”

desembargador Hélio Costa. Três homens da História. Também o desembargador José Arthur construiu a maravilhosa sala destinada ao Tribunal Pleno, com móveis de estilo.

Já em 1981, o desembargador José Fernandes Filho criou o “Mutirão”, com o propósito de eliminar montão de processos dependentes de julgamento, o que se verificou, constituindo verdadeira revolução no ofício jurisdicional. Falam os números: 1.000.000 aguardando despacho e, em pouco tempo, restaram 400.000.

Nessa época, edificou-se o “Centro Operacional” (Av. do Contorno), bem como Juizado Especial Criminal (Av. Teresa Cristina).

Quando presidente, o desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros criou a “Assessoria de Qualidade”, à cata da melhoria dos serviços, então reestruturado o Tribunal.

A 30 de novembro de 1995, veio o “Conselho e Gestão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais”, obtendo e mantendo acelerada prestação jurisdicional; sempre sob o comando intrépido do desembargador Fernandes Filho.

Antes, em 9 de outubro de 1992, o presidente Fernandes Filho criou o “Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça”, órgão absolutamente prestante, onde se desenvolvem discussões plurais de interesse do Poder Judiciário.

Ponto alto da história se divisa na criação do Serviço de Informatização (Siscom) em 03 de fevereiro de 1983, primeiro e decisivo passo para a “era da informatização”, encarregados do mister os desembargadores Gudesteu Biber Sampaio, Abel Machado de Miranda e Walter Veado. O último e válido passo veio, em 2010, com o “Sistema Themis”, implantado pelo atual presidente Cláudio Costa. Tão logo encerrado o julgamento, o acórdão já está composto.

Em 18 de março de 1999, o presidente Lúcio Urbano criou o programa “Conhecendo o Judiciário”, ao fim de revelar ao povo o trabalho e a missão do Judiciário, indo magistrados aos estabelecimentos escolares para ensinar e mostrar o Judiciário. Tão elevada obra mereceu *Prêmio Nacional de Opinião Pública* (22 de novembro de 1999).

O presidente Gudesteu Biber Sampaio criou o programa “Novos Rumos”, revolução na execução penal, dele integrante as APACs, comandadas pelos valorosos desembargadores Joaquim Alves de Andrade e Jane Ribeiro Silva.

Números e nomes grandiosos

Pelo Tribunal, passaram 498 desembargadores, 48 presidentes, hoje 126 membros, sendo 12 desembargadoras. A primeira desembargadora foi Branca Margarida Rennó, empossada em 25 de maio de 1988.

No momento, são 296 comarcas, 1.046 juízes (634 homens e 292 mulheres).

Na última década, o Tribunal recebeu 1.281.373 processos, restando 135.778 para julgar.

Na gestão do presidente Monteiro de Barros, criou-se a “Medalha Hélio Costa”, para agradecer pessoas que tenham colaborado com o Judiciário, conferida pelo Tribunal e pelos Juízes de todas as comarcas, conferidas a magistrados, advogados e juristas. A última condecoração feita pelo Tribunal foi ao insigne governador Antônio Augusto Junho Anastasia, jurista e eminente professor de Direito Administrativo.

Membros do Tribunal que ascenderam ao Colendo Supremo Tribunal Federal: Arthur Ribeiro, Orozimbo Nonato, Hermenegildo de Barros, Edmundo Lins, Antônio Martins Vilas Brás e Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto.

Cinco ex-servidores do Tribunal lograram a Presidência da Casa: Lúcio Urbano Silva Martins, Sérgio Lellis Santiago, Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, Hugo Bengtsson Júnior e Cláudio Renato dos Santos Costa.

Quatro servidores da Casa publicaram obras jurídicas e foram professores universitários: Celso Agrícola Barbi, Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza, Aloísio Gonzaga Andrade Araújo e Lakowsky Dolga.

Cinco desembargadores exerceram o Governo de Minas: Nísio Batista de Oliveira, José Norberto Vaz de Melo, Lúcio Urbano Silva Martins, Hugo Bengtsson Júnior e Cláudio Renato dos Santos Costa.

Alguns foram secretários de Estado: Orozimbo Nonato, Mário Mattos, Antônio Pedro Braga, José Fernandes Filho, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, Kildare Gonçalves Carvalho, Lúcio Urbano Silva Martins, Lauro Savastano Fontoura, Lauro José Bracarense e Milton Fernandes.

Quarenta e dois desembargadores publicaram obras jurídicas ou literárias.

Em síntese, a notável história do Tribunal de Justiça, honra e glória de Minas.

No conspícuo dizer do tribuno Paulo Pinheiro Chagas, Minas assim se resume: “*Não é sem motivo que se sobe para estar em Minas, qual se sobe para o altar*”.

“Minas assim se resume: ‘Não é sem motivo que se sobe para estar em Minas, qual se sobe para o altar’.”



Palácio da Justiça

100 anos de arquitetura e história

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza

Professor universitário e jornalista.

Membro da Academia Mineira de Letras e da Academia Mineira de Letras Jurídicas.

É diretor geral aposentado do TJMG, onde trabalhou por 46 anos.

No dia 16 de janeiro deste ano de 2012, às 17 horas, com uma bela e elegante solenidade *in loco*, presidida pelo desembargador Cláudio Costa, chefe do Poder Judiciário Mineiro, o centenário de inauguração do Palácio da Justiça “Rodrigues Campos”, sede do mais alto tribunal do Estado, foi devidamente comemorado.

Vamos visitá-lo agora, preocupados com a beleza daquela Casa neoclássica, projetada pelo arquiteto italiano Rafael Rebecchi e construída pelo coronel Júlio Pinto, sob a orientação técnica do engenheiro José Dantas.

No alto da fachada principal e da lateral direita, chamam a atenção os lindos frisos em baixo-relevo, representando alegorias à Justiça Romana, obra do escultor suíço-italiano João Morandi.

A escadaria exterior do Palácio, em granito, avança pela calçada portuguesa da Avenida Afonso Pena, numa possível infração às posturas municipais, mas nos convida a entrar no austero edifício, passando por sob o frontão clássico, entre quatro colunas gregas, com seus capitéis artísticos.

O primeiro andar

Penetrando no imponente saguão de entrada, deparamos com a magnífica escadaria metálica, vinda da Bélgica, no início do Século XX. De um lado e do outro do primeiro degrau de mármore de Carrara, duas estátuas femininas, em estilo belle époque, sustentam luminárias elegantes, em forma de tocheiros.

Na parede do primeiro patamar da escadaria, atrás do busto do ilustre jurista e magistrado Raphael Magalhães, um grande espelho serve de fundo para o lema da Casa: *Haec domus odit, amat, punit, conservat, honorat nequitiam, pacem, crimina, jura, probos*. Ligando o sujeito aos verbos, temos a tradução: “Esta Casa odeia a iniquidade, ama a paz, pune o crime, mantém a justiça e honra a probidade”.

Ainda no primeiro piso, logo à esquerda, fica a Sala Especial “Des. Amílcar de Castro”, que abriga a biblioteca particular do grande jurista. Nessa sala, entre livros preciosos, fotos históricas, diplomas, manuscritos, destaca-se o magnífico retrato a óleo do desembargador Amílcar, pintado por Guignard, em 1945.

Também à esquerda do saguão, entra-se no Salão Nobre do Tribunal, que já foi Salão do Júri e Biblioteca, hoje reservado a sessões festivas, funerais e visitas especiais, tem em sua parede

principal, atrás da mesa de honra, grande tela a representar Julgamentos Históricos, com destaque para o de Tiradentes (obra de Sinval Fonseca, 1988).

Na imensa parede que dá frente para as janelas do salão, estão afixados, em bela iniciativa da Memória do Judiciário (MEJUD), os retratos a óleo de todos os presidentes do Tribunal, desde 1874 até 2012.

O cadeiral de espaldar alto, em duas fileiras, de estilo colonial, foi confeccionado mais recentemente em São João del-Rei. Cortinas adamecadas e suntuosos lustres de cristal completam a decoração.

Em seguida, chegamos ao pátio interno, verdadeiro átrio com suas arcadas de estilo europeu. Ao centro do piso de ladrilhos hidráulicos, desponta a estátua da deusa Têmis, símbolo da Justiça, trabalho em pedra-sabão de Raul Amarante Santiago, da velha Congonhas do Campo.

Olhando para cima, vemos, protegida por grades de ferro fundido na antiga Usina V. Purri, da nova Capital, a aprazível sacada interna e quadrangular do Palácio.

Ao fundo do pátio, uma sacadinha escondida nos leva a um mezanino, onde fica o Museu da Memória do Judiciário Mineiro, que abriga um acervo precioso da história do Poder Judiciário de Minas Gerais e que merece páginas à parte. Na verdade, o Palácio inteiro é o Museu do Judiciário...

O segundo andar

À direita, bem ao fundo do pátio, preferimos usar o velho, eficiente e elegante elevador de porta pantográfica a ter de enfrentar os 55 degraus da escadaria belga.

No pequeno vestíbulo do segundo piso, na parede da direita, um interessante quadro a óleo representa desembargadores chegando pomposamente à Casa de Suplicação, no Rio de Janeiro, para os trabalhos do dia. Trata-se de original de Debret, reproduzido pelo conhecido pintor mineiro Nazareno Altavilla. Ao lado, o Ezequiel do Aleijadinho, em cópia fiel de pedra-sabão, feita por Ítalo B. Toldo, é uma oferta da Comarca de Congonhas do Campo.

Na ala esquerda do avarandado, ficam salas de julgamento. Destaco duas: a primeira, decorada em verde e bege, harmoniza-se com a ciência e o peso dos recursos cíveis ali

“Encimando duas belas colunas de madeira art decó, um par de estatuetas de bronze, autênticas joias da escultura clássica, criadas pelo célebre artista Mathurin Moreau, representam a Aurora e o Crepúsculo.”

decididos. Nela distingue-se lindo crucifixo de madeira do Século XIX. A segunda sala, vermelha, combina bem com a paixão, o brilho e o vigor das sustentações orais ali proferidas nos feitos criminais. Na parede esquerda, uma tela pintada em 1892, em Paris, pelo artista Auguste Petit, apresenta uma Justiça loura e jovem, de olhos “semivendados”.

À esquerda de quem sai do elevador, o antigo gabinete do presidente do Tribunal, hoje conhecido como “Sala Rio Branco”, destina-se a receber as mais ilustres visitas. Entre duas grandes janelas, um monumental retrato a óleo, de corpo inteiro, do Barão do Rio Branco, pintado por Cesar Bacchi, em Paris, no ano de 1912, impressiona pela beleza da tela e pela magnífica moldura folheada a ouro.

Encimando duas belas colunas de madeira art decó, um par de estatuetas de bronze, autênticas joias da escultura clássica, criadas pelo célebre artista Mathurin Moreau, representam a Aurora e o Crepúsculo. Moreau foi um escultor tão importante que há, em Paris (!), uma avenida com seu nome.

Um quadro a óleo do pintor Aníbal Mattos, retratando belo chafariz da Estrada Real, completa o requintado ambiente.

O Salão da Corte Superior

Da Sala Rio Branco, passamos à magnificência do Salão da Corte Superior, órgão jurisdicional mais alto do Tribunal, composto de 25 desembargadores.

É, sem dúvida, um dos salões públicos mais bonitos do Brasil.

Maravilhoso é o impacto causado pela iluminação dos lustres de cristal da Bohemia sobre a tapeçaria vermelha, as cortinas douradas e as duas alas de cadeiras originais, trabalhadas pelas mãos hábeis do marceneiro Piancastelli, grande artesão do início do Século XX, em Belo Horizonte.

Na parede principal domina o salão a bela figura da Justiça, pintada em 1920 por J. Bescaal. Mulher bonita, sem a venda nos olhos (para tudo ver...). Há “controvérsias” sobre qual a bela mulher que teria servido de modelo para o pintor... A moldura em madeira maciça, encimada pelo brasão de Minas, causa impressão aos visitantes.

Nesse salão, merecem ainda destaque: os bustos dos notáveis juristas Lafayette e Teixeira de Freitas; o velho relógio de parede Auschin Clock, que marca as horas desde Ouro Preto; um belo crucifixo, vindo de Mariana, conjugando em si o entalhe do marceneiro Mesquita, na bela cruz, e o cinzel de Fábio na pedrasabão da imagem de Cristo.

No alto das paredes, cartelas de gesso artisticamente trabalhadas trazem os nomes de grandes juristas brasileiros. Só dois não são mineiros: Clóvis e Ruy.

O Saguão Superior

Saindo do Salão da Corte Superior pela porta do fundo, deparamo-nos com o monumental saguão do segundo andar, de onde se tem melhor visão do gigantesco vão livre e da cúpula do Palácio, características do neoclássico. Infelizmente, é preciso dizer que a cúpula original, quadrangular, metálica e em escamas, destruída pelo tempo, não foi refeita adequadamente.

O sol, que penetra pelo céu aberto do pátio interno, distribui cores através do deslumbrante vitral que representa a Justiça (bela dama de olhos igualmente bem abertos...), desenhado por L. Piscini e fabricado pela famosa Casa Conrado, de São Paulo, em 1911.

Das janelas da frente do Palácio, vê-se o verde Parque Municipal, de onde vem brisa leve, que faz tremular as bandeiras do Brasil, de Minas Gerais e do Poder Judiciário Mineiro, na buliçosa avenida, distinguindo o centenário prédio, imponente palco de tão importantes lances da vida judiciária do Estado das Alterosas.

“O sol, que penetra
pelo céu aberto
do pátio interno,
distribui cores
através do
deslumbrante
vitral que representa
a Justiça.”

Em 20 de outubro de 2011.

Prezados amigos,

aceitem o meu agradecimento pela remessa de mais um número da sua excelente publicação, que cultiva e divulga a qualidade mineira. Parabéns especiais às ilustrações de Sandra Bianchi. Votos de longo sucesso,

Sábato Magaldi

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINALS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo *site* e demais veículos de comunicação da Amagis.

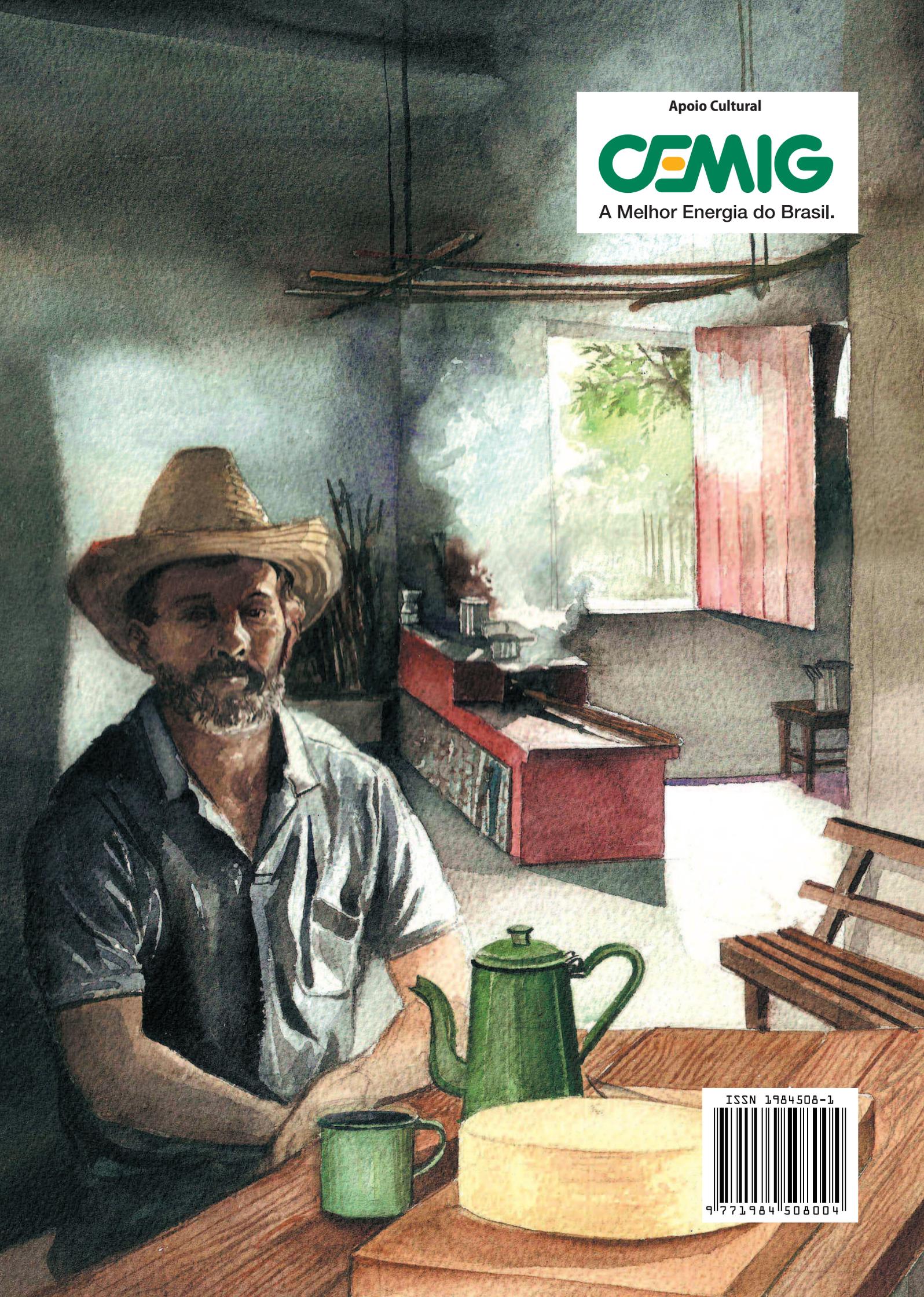


Ciente de seu papel social, a AMAGIS também se preocupa com a preservação do meio ambiente: esta revista foi impressa em papel reciclado (70% pré-consumo, 30% pós-consumo).

Apoio Cultural

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.



ISSN 1984508-1



9 771984 508004